

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Catarina André Hand

**PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
ALGUMAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE**

Sorocaba/SP
2010

Catarina André Hand

**PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
ALGUMAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora
do Programa de Pós- Graduação em Educação
da Universidade de Sorocaba, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre em
Educação.**

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paula Almeida Junior

Sorocaba/SP

2010

Catarina André Hand

**Proposta Curricular do Estado de São Paulo:
implicações e impactos no trabalho docente.**

**Dissertação aprovada como requisito
parcial para obtenção do grau de
Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Educação da Univer-
sidade de Sorocaba.**

Aprovado em 07/12/2010

BANCA EXAMINADORA:

**Prof.Dr. Vicente de Paula Almeida Junior
UNISO – Sorocaba/SP**

**Prof. Dr. Wilson Sandano
UNISO – Sorocaba/SP**

**Prof. Dr. Waldemar Marques
UFSCAR – Sorocaba/SP**

Dedico esta pesquisa ao meu marido,
Michael Hand e ao meu filho, **Andrew Hand**,
companheiros de lutas e de alegrias.

Agradeço imensamente a efetivação deste trabalho:

- Aos meus amigos da Diretoria de Ensino de São Roque, pela ajuda, incentivo, idéias, ânimos, empréstimos de livros e outras demonstrações de carinho no início de meus trabalhos. Sem eles eu não teria retornado à vida acadêmica.

- Aos Trabalhadores da Educação da Escola pesquisada. Sem o empenho e colaboração deles o objeto de pesquisa não teria logrado êxito.

- Aos professores e colegas da UNISO que me deram luz e orientação durante todo o processo. Incluo aqui os Professores que fizeram parte da Linha de Pesquisa Trabalho Docente:
Prof.Dr.Fernando Casadei Salles e Prof.Dr.Jorge Cammarano
Gonzalez

- Aos meus professores orientadores, Prof. Dr.Celso João Ferreti que me abraçou na entrada e ao Prof.Dr.Vicente de Paula Almeida Junior que tão bem me acolheu,orientou e me abraçou na saída.

Muito obrigada....

Resumo

Este estudo trata do processo de Implantação do Currículo Oficial do Estado de São Paulo, ocorrido em 2008 e 2009. Envolve os sentidos que os professores atribuem à educação e ao seu próprio trabalho, bem como suas avaliações sobre as condições para realizá-lo e dele retirar satisfações pessoais e sociais. Estarão os professores alinhados a essa nova proposta? Na concepção deles, estará essa nova proposta alinhada aos interesses e necessidades de seus alunos e da sociedade como um todo? Os docentes percebem-se como autores ou co-autores dos cadernos elaborados para aplicação do Currículo Oficial em sala de aula? O objetivo é efetivar um trabalho com relevância social e qualidade científica, que possa vir a contribuir para futuras formulações e implementações de políticas públicas, visando a educação como meio de construção de sociedade justa e democrática. A ênfase foi o da perspectiva do Trabalho do Professor, analisando os fatos colhidos à luz das bibliografias existentes sobre o assunto e de registros encontrados em uma escola pública estadual, que diz respeito direto ao tema, e entrevistas com dez professores da mesma escola. Conclui-se que os professores estão executando uma política que não foi por eles pensada. Esta, além de doutrinária, emana poder, pois estabelecem as normas, diretrizes, avaliação e controle sobre os conjuntos de atividades nucleares da escola.

Palavras-chave: Trabalho docente. Currículo. Reforma educacional. Políticas educacionais

Abstract

This study focuses on the process of Curriculum Implementation of the Official State of São Paulo, in 2008 and 2009. It involves the feelings that teachers apply to education and their own work as well as their evaluations of the conditions to do it and receive in return personal and social satisfaction. Are teachers aligned to this new proposal? In their view, this new proposal will be aligned with the interests and needs of the students and society as a whole? The teachers perceive themselves as authors or coauthors of notebooks designed for implementation of Official Curriculum in the classroom? Our goal is to produce work of social relevance and scientific quality, which will contribute to future formulation and implementation of public policies aimed at education as a means of building a fair and democratic society. Our emphasis was the prospect of the teachers work, analyzing the facts collected in the light of existing bibliographies on the subject and records found in a state public school, which relates directly to the issue, and interviews with ten teachers from the same school. We conclude that teachers are running a policy that was not designed for them. This, as well as doctrinal, exudes power, they establish standards, guidelines, evaluation and control over the sets of nuclear activities of the school.

Keywords: Teaching Work, Curriculum, Educational Reform, Education Policy

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | CURRÍCULO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO..... | 16 |
| 2.1 | Políticas e Reformas Educacionais..... | 16 |
| 2.1.1 | Final dos anos 1980 e Década de 1990..... | 20 |
| 2.1.2 | Leitura Crítica..... | 33 |
| 3 | SOBRE A IMPLANTAÇÃO: IMPLICAÇÕES E IMPACTOS..... | 44 |
| 3.1 | O que dizem o Supervisor da Escola e os Professores Coordenadores da Oficina Pedagógica..... | 44 |
| 3.2 | O que dizem os Professores..... | 55 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 57 |
| | REFERÊNCIAS..... | 61 |
| | APÊNDICE A - Proposta Curricular do Estado de São Paulo – Compilação efetuada pela autora | 66 |
| | APÊNDICE B – Termos e relatórios de visita da Supervisão da escola e dos Professores de Coordenação da Oficina Pedagógica ano/2008..... | 74 |
| | APÊNDICE C - Termos e relatórios de visita da Supervisão da escola e dos Professores de Coordenação da Oficina Pedagógica ano/2009..... | 85 |
| | APÊNCIDE D – Entrevista Professor 1..... | 104 |
| | APÊNCIDE E – Entrevista Professor 2..... | 106 |

| | |
|---|------------|
| APÊNCIDE F – Entrevista Professor 3 | 108 |
| APÊNCIDE G - Entrevista Professor 4..... | 110 |
| APÊNDICE H- Entrevista Professor 5 | 111 |
| APÊNDICE I - Entrevista Professor 6 | 113 |
| APÊNDICE J - Entrevista Professor 7 | 115 |
| APÊNDICE K - Entrevista Professor 8 | 116 |
| APÊNDICE L- Entrevista Professor 9 | 117 |
| APENDICE M – Entrevista Professor 10 | 119 |
| | |
| ANEXO A – Ficha de avaliação do professor sobre a aplicação dos Cadernos do professor..... | 120 |

1. INTRODUÇÃO

*Os filósofos interpretam o mundo de diversas maneiras,
importa porém, transformá-lo.*

Karl Marx

Com o propósito de investigação sobre o trabalho dos Professores das escolas públicas estaduais paulistas, este estudo, no âmbito da PPGE/UNISO (Universidade de Sorocaba) foi efetuado. A qualidade científica e relevância social deste estudo vêm ao encontro do que propõe a Universidade de Sorocaba no curso de Mestrado em Educação, proporcionando a oportunidade de cumprir o compromisso firmado de realizar uma pesquisa com a consistência teórica pretendida e exigida pela Universidade.

Na área de Concentração “Educação Escolar”, foi trabalhada a questão dos impactos ocorridos sobre o trabalho docente, resultantes da implantação da nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo para a Educação Básica analisando as questões que envolvem o espaço escolar, o trabalho do professor e todos os processos históricos que influenciaram nesse trabalho, seja para sua transformação ou para sua acomodação, tendo como mediação as políticas educacionais produzidas por um Estado e uma sociedade capitalista. A pesquisa foi efetuada em uma escola pública estadual jurisdicionada à região que a Secretaria de Estado da Educação denomina Pólo 04, Região da Grande Sorocaba. Esta escola tinha, no início do ano letivo 2008, 1009 alunos, distribuídos em três períodos (manhã, tarde e noite) das quatro séries do ciclo II do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio. Contava com uma Diretora, uma vice-diretora, uma professora-coordenadora do Ensino Fundamental, um professor-coordenador do Ensino Médio. O quadro se compunha de trinta e dois professores.

A escola em tela será, neste trabalho, referida somente como “Escola” e traremos informações mais específicas sobre a mesma no decorrer desta dissertação.

Temos ciência de que as diferentes e freqüentes reformas educacionais têm uma forte incidência sobre a resistência e/ou a acomodação do professor ao seu trabalho e que esse profissional é responsável tanto pela transposição do cotidiano escolar como pela permanência nele, o que faz do trabalhador em educação um elemento de extrema importância no contexto escolar, valorizando-o em seu conhecimento historicamente acumulado e no impacto que as implantações de reformas têm sobre seu trabalho.

Cabrera e Jaén (1991, p. 206) enfatizam a importância do trabalho docente dentro da instituição escolar:

... Por sua situação social como intelectuais, assim como por serem produto qualitativo do sistema educacional, os professores têm a possibilidade e a obrigação moral e política de analisar, interpretar e compreender a sociedade em seu conjunto, o papel da escola na mesma e sua própria situação em ambas e, em conseqüência, de atuar crítica e conscientemente.

Dentro da linha de pesquisa *Trabalho Docente* é interessante e oportuno propor uma dissertação que busque a identificação e a análise das características e possíveis causas – e também das características – do descompasso existente entre a formulação e implementação das políticas educacionais na esfera pública, pelas instâncias dirigentes (secretarias de educação, coordenadorias, diretorias de ensino) e sua efetiva aplicabilidade e desenvolvimento em sala de aula. A investigação de todo o horizonte nos é muito importante, pois esta pesquisa procura desenvolver uma crítica ao discurso de que a resistência dos docentes às mudanças seria o pivô do fracasso do processo ensino/aprendizagem.

A intenção é efetivar um trabalho com relevância social e qualidade científica que possa vir a contribuir para futuras formulações e implementações de políticas públicas, visando a educação como meio de construção de sociedade mais justa e democrática. . Nosso objetivo com a análise da Proposta Curricular é de subsidiar debates entre os professores no

que é comum a todas as disciplinas, pela necessidade subjacente de problematizar os condicionantes teóricos e políticos do currículo ora implantado.

Percebemos, a partir de nossa vivência nas escolas, que no universo do exercício da docência e da construção do cotidiano escolar, há dificuldade para a implantação das propostas pedagógicas que fundamentam as políticas educacionais, emanadas pelos diversos Setores que compõem a Secretaria Estadual de Educação.¹ Para Cabrera e Jaén (1991-p.206) ao convencimento dos professores de que tais propostas carregam consigo os significados que valorizam, se deve, em grande parte, o sucesso de tais propostas.

... a situação dos professores permite resistir e criar respostas às sistemáticas tentativas por parte da Administração para controlar o conteúdo de seu trabalho e das formas de transmissão dos conhecimentos – através de meios e tecnologias “inovadoras” – e de suas concepções sobre a sociedade e sobre a escola. O êxito histórico de algumas destas iniciativas “impostas” não só se deve a seu atrativo intrínseco, mas ao convencimento por parte do professorado de que resolvam questões alheias ao processo educativo em si....

A questão central deste estudo, tendo como referência o processo de Implantação do Currículo Oficial, ocorrido em 2008 e 2009, envolve os sentidos que os professores atribuem à educação e ao seu próprio trabalho, bem como avaliações sobre as condições para realizá-lo e dele retirar satisfações pessoais e profissionais. Compreender as características e alcance deste processo é indispensável para a compreensão das dinâmicas do atual processo educacional. Estarão os professores alinhados a essa nova proposta? Na concepção deles, estará essa nova proposta alinhada aos interesses e necessidades de seus alunos e da sociedade como um todo? Os

¹ COGSP e CEI - Coordenadorias de Ensino da Grande São Paulo e do Interior; CENP Coordenadoria de Estudo e Normas Pedagógicas; CEE – Conselho Estadual da Educação; FDE – Fundação de Desenvolvimento da Educação

docentes percebem-se como autores ou co-autores dos “cadernos” elaborados para a implementação do Currículo Oficial em sala de aula?

Há a possibilidade de se trabalhar óticas distintas: pode-se investigar o fenômeno na perspectiva dos docentes e, ao mesmo tempo, buscar analisá-lo a partir da ótica dos dirigentes e também dos técnicos da SE, encarregados de elaborar análises teóricas que fundamentam as propostas em questão. Nossa ênfase, porém, foi o da perspectiva do trabalho do professor, analisando os fatos colhidos à luz da bibliografia existente sobre o assunto, dos registros encontrados na escola que dizem respeito direto ao tema e entrevistas com professores da mesma escola.

O desenvolvimento da pesquisa se orientou pelas seguintes hipóteses:

- a) A elaboração e implantação do Currículo Oficial foi efetuada por Resolução, sem a participação dos envolvidos, especialmente dos professores que, em relação aos demais profissionais da educação, são aqueles que estão na ponta, executando uma política que não foi por eles pensada.
- b) O currículo estabelecido emana poder quando estabelece as normas, diretrizes, avaliação e controle sobre os conjuntos de atividades nucleares da escola.
- c) A atual Proposta é coerente com a política social de São Paulo, isto é, o Capitalismo, e faz parte de uma ampla política Nacional, com diretrizes Neoliberais e financiadas por organizações internacionais que teriam como objetivo sanar os problemas educacionais do Terceiro Mundo, adequar a mão de obra barata ao mercado de trabalho, tornando-a disponível para a exploração do Capital.
- d) A responsabilidade do sucesso ou insucesso na implantação da Proposta foi atribuída à instituição escolar, havendo

grande ênfase no trabalho do gestor. Tendo sido colocado o princípio central na aprendizagem, o professor fica sendo somente um intermediário e facilitador.

Dividimos o trabalho em dois capítulos:

- O Primeiro refere-se às políticas e reformas implantadas até o surgimento do Currículo Oficial do Estado de São Paulo, bem como a sua leitura crítica.

- O Segundo compreende a pesquisa de campo efetuada na escola onde se verifica o processo de implantação do Currículo Oficial, no anos 2008 e 2009; o nível de aceitação dos professores com relação às diretrizes propostas e na viabilidade das mesmas na formação dos alunos.

O segundo capítulo "conversa" com o primeiro, obtendo os entendimentos e convicções sobre os fatos ocorridos na escola e sobre as opiniões emanadas pelos professores entrevistados.

Iniciamos explicitando qual é nosso conceito de Reforma Educacional. Para tal utilizamos Sacristán (1996) que é o referencial que mais se aproxima ao nosso próprio parecer: Reforma Educacional "é a implantação de inovações que incidem nos projetos políticos, culturais e econômicos de uma determinada rede de ensino". Explanamos, também, a política de reforma educacional ora em evidencia.

Seguimos contextualizando as reformas educacionais que mais afetaram o trabalho do professor, no Estado de São Paulo, ocorridas entre o final da década de 1980 até a implementação do Currículo Oficial. Em especial, buscamos compreender alguns dos principais eixos norteadores que conduziram as ações e as medidas adotadas para a reforma da educação no Estado. Entendemos que esse relato faz-se necessário para a compreensão dos fatos e para dar maior condição de problematizar os condicionantes políticos e teóricos subjacentes à elaboração e adoção do atual currículo oficial.

Foi dada seqüência com uma explanação da Proposta Curricular, sua forma de apresentação, análise crítica da mesma à luz das teorias existentes.

Os documentos, em todas suas formas e formatos que chegaram à escola, ao professor e ao aluno, foram por nós compilados e apensados a este trabalho (apêndice A) para propiciar ao leitor fácil acesso e entendimento.

A Pesquisa de Campo implicou em procurar, na unidade escolar, os registros escritos durante e sobre o processo de implantação da Proposta Curricular. Deparamo-nos com um rico registro dos gestores da Diretoria de Ensino, em termos e relatórios de visita, que acompanham, cronologicamente, toda a implantação da Proposta Curricular. Também foi feita observação na escola e entrevistas com dez professores que estavam atuando em sala de aula nos anos 2008 e 2009.

A transcrição *ipsis litteris* dos contidos nos termos e relatórios citados também se encontra apensado a este, como apêndices B e C. As entrevistas com os professores são as apêndices de D a M.

A leitura crítica do documento da escola, bem como comentários dos pressupostos políticos e pedagógicos implicados no processo de sua elaboração vem acoplado à reação dos professores com relação à implantação do novo currículo.

Sabemos que nossa pesquisa nos conduzirá a *indicadores* e não a certezas enfáticas – de resto, algo impossível e perigoso, pois tudo o que não desejamos é o risco de cairmos em afirmações absolutas – mas temos consciência de que estes indicadores nos permitiram elaborar reflexões significativas sobre o tema que trabalhamos.

2. CURRÍCULO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.

Karl Marx

2.1 Políticas e Reformas Educacionais

Considera-se, aqui, Reforma Educacional, a implantação de inovações que incidem nos projetos políticos, culturais e econômicos de uma determinada rede de ensino. Neste caso, na rede de ensino das escolas estaduais do Estado de São Paulo, as políticas de reforma vêm com grande carga de mudança e inovação, provocando desestabilização “num meio valioso de conhecimento acerca da realidade do sistema educacional como tal, à medida que nelas fica manifesto o comportamento da totalidade daquele sistema e de seus componentes diante dos programas que se tenta implantar” (SACRISTÁN, 1996, p. 51).

Em um contexto onde se pretendem mudanças, as políticas de reforma se evidenciam, e são valorizadas as reformas na área da educação visto esta ser capaz de definir grande parte da formação das pessoas que a sociedade requer. “... a política educacional é carregada de intenções, e são justamente as intenções o que há de comum em todos os tipos de política educacional. Aprendendo a ler as intenções de uma política educacional, você se torna capaz de perceber que tipo de gente a sociedade está querendo, qual o projeto de ser humano que nela predomina” (MARTINS, 1993, p.10).

A palavra reforma não é neutra e, quase sempre, revela um tipo de resposta dada pelos governos com o intuito de solucionar determinados problemas ou crises. A reforma da educação proposta no decorrer dos anos 90 pelo Governo do Estado de São Paulo representou, na realidade, um dos desdobramentos da reforma de Estado, calcada no conceito de descentralização e na adoção de critérios de

eficiência/eficácia e qualidade de mercado, complementadas com uma paulatina transferência das responsabilidades do estado para a comunidade.

Desse modo, as políticas formuladas, bem como as diretrizes educacionais fixadas, introduziram nas Diretorias Regionais de Ensino e nas instituições escolares da rede estadual a visão e os conceitos próprios e antes empregados somente no contexto economicista e empresarial: racionalização organizacional, padrão de gestão e melhoria de qualidade.

O Documento “*Principais Diretrizes Educacionais para o Estado de São Paulo*” (SEE, 1995, p. 301) mostra quais são os eixos dessa reforma:

O resultado desse processo é a profunda crise do sistema de ensino, que precisa ser urgentemente melhorado e remodelado. A consciência dessa necessidade não se restringe aos profissionais do ensino, mas atinge a população toda. Faz-se necessária uma reforma radical dos **padrões de gestão**, um aumento criterioso dos recursos acompanhado de **racionalização dos gastos e um planejamento estratégico integrado**, coerente e realista, fundado em prioridades que permitam, em curto prazo, a solução dos problemas mais graves e a **criação de condições de aperfeiçoamento contínuo de todo o sistema**, a médio e longo prazo.(grifo nosso)

Conforme o referido documento, a racionalização organizacional implica no enxugamento da máquina administrativa, informatização administrativa, por meio de repasse de verbas para as escolas comprarem computador, aparelhos multimídias, capacitação para os funcionários e reorganização da rede de ensino. Os estabelecimentos de ensino, a partir do ano letivo de 1996, deveriam optar entre o oferecimento de classes de 1ª a 4ª séries ou de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e ainda o ensino médio. As mudanças no padrão de gestão consistem na descentralização da gestão da educação, em particular na extinção das Divisões Regionais de Ensino, transferência de recursos financeiros para as escolas e municipalização do ensino. Por fim, a pretendida melhoria da qualidade de ensino implica na reorganização, valorização do magistério (Programa de educação

continuada), classes de aceleração, salas ambientes, avaliação externa do rendimento escolar (por exemplo, SARESP), adoção de recursos pedagógicos e projetos especiais nas escolas (Escola Solidária, Escola da Família, entre outros).

Importante refletirmos sobre as idéias contidas, e muitas vezes não explícitas, nas diretrizes detalhadas acima. Como afirmamos há pouco, as reformas não são neutras, ao contrário, induzem a uma visão de sociedade e, por conseguinte, de educação e de escola. Trazem determinadas consequências para o trabalho educacional e educativo, seja nos âmbitos da formação, da gestão da organização escolar.

Nessa perspectiva, a leitura dos principais documentos produzidos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo nos permite sintetizar alguns dos principais eixos que nortearam a construção e a implementação das políticas educacionais nos anos 90 e que representam, nesta década, as tendências das políticas públicas para a educação no Estado de São Paulo, quais sejam: autonomia, qualidade e avaliação.

O incentivo à autonomia, como proposto pela Secretaria Estadual, predomina mais no aspecto financeiro que propriamente no sentido pedagógico, por isso, a crescente descentralização da gestão das instituições escolares, valorização das parcerias entre escola, comunidade, empresa e privatização da educação. Esta última não se efetiva somente pela transferência de serviços públicos à esfera privada, mas por propiciar as condições objetivas para a formação de um mercado de consumo educacional, cada vez mais crescente, quando o Estado se exime de suas responsabilidades e quando permite a deterioração dos serviços públicos essenciais à população (HADDAD, 1998).

Com efeito, de um lado, ao governo cabe estabelecer as diretrizes gerais. À instituição educativa, de outro cabe elaborar as suas

estratégias, incorporando o conceito de auto-regulação, o que permitiria funcionar com relativa autonomia.

A execução dessa política compreende certos instrumentos: necessidade de implementar mecanismos de controle de resultados, estabelecendo critérios mínimos de qualidade e eficiência; necessidade de desregulação financeira e social, introduzindo a lógica de gestão empresarial; necessidade de dispor de sistema avaliativo concreto, prático e fiável dos resultados da ação administrativa, por meio da aplicação de provas padronizadas (ALMEIDA JÚNIOR, 2002).

Todavia, a palavra qualidade, termo presente no discurso oficial, se restringe aos critérios de eficiência (cumprimentos das metas e objetivos) e eficácia (menor custo). Faz, portanto, referência à qualidade de mercado, e não social. Por sua vez, a avaliação, segundo a lógica oficial, diz respeito não aos processos educativos, mas aos aspectos performáticos das escolas e de seus agentes. A avaliação se limita a uma atividade predominantemente técnica ou às questões de operacionalidade, vale dizer, à mensuração dos resultados. Daí a ênfase nos indicadores quantitativos.

Deste modo, as políticas educacionais, empreendidas no contexto da reforma de Estado, em particular no Estado de São Paulo, nascem num quadro de descentralização dos mecanismos de financiamento e gestão do sistema educacional. Como remetem à questão da eficiência ou ineficiência das instituições, dos dirigentes, dos alunos e professores, funcionam mais como fator de incremento do mercado de trabalho. Nessa ótica, a educação, antes vista como direito social, passa, agora, a ser concebida como “direito do consumidor”.

2.1.1 Final dos anos 1980 e década de 1990.

A essência do homem capitalista foi elevada à essência capitalista do homem.

Karl Marx

Não seria viável dissertarmos sobre a implantação da Proposta Curricular, ocorrida no início de 2008, sem a devida contextualização. A política que propiciou a elaboração e implantação da reforma educacional iniciou no final da década de 1980, tendo seu ápice com a promulgação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996.

Analisando os dados que nos fornece Fracalanza (1999), formamos convicção de que a década de 1990 iniciou-se com uma imensa diminuição do poder aquisitivo dos salários dos professores da rede pública estadual paulista e baixa eficiência do sistema de ensino, o salário auferido pelos professores da rede de ensino estadual sofreu uma perda de quase 80% em seu valor real, entre os anos de 1980 a 1993. O Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Educação, era responsável, em 1980, por 80% das matrículas iniciais no Ensino Fundamental no estado. Nesse mesmo ano, os municípios respondiam por 10,5% e as escolas particulares, 9,5% das matrículas nesse nível de ensino. Em 1994, as escolas estaduais ainda eram responsáveis por 78,7% do total das matrículas, enquanto aos municípios e às escolas particulares cabiam, respectivamente, 9,5% e 11,8% das matrículas iniciais no Ensino Fundamental². Havia professores desmotivados, índices elevados de repetência dos alunos, precariedade nas instalações físicas das escolas³. Enquanto em 1980 as receitas de impostos financiavam 79,4% do total das despesas do estado, em 1993 estas financiavam 46,4 % do total das despesas. Enquanto no primeiro triênio da década de 1980 as despesas realizadas pela Secretaria da Educação representavam pouco menos de 17% das despesas totais do estado, nos três primeiros anos da década de 1990 respondiam por pouco mais de 10%.

² A fonte privilegiada para a coleta desses dados é a publicação Sinopses Históricas do MEC/Sediae/Seec.

³ Com base em levantamento realizado pela Apeoesp em 1990, em escolas distribuídas pelas 17 divisões regionais de ensino, na região metropolitana e interior

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, efetuada em 1988, mostrava novas possibilidades propiciadas por alterações no financiamento da educação para os estados.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

As construções de novas escolas e as adaptações realizadas, em tantas outras, representaram parcela significativa de gastos se comparadas aos recursos empreendidos na formação e salário dos professores, bem como na manutenção dos prédios e equipamentos nas unidades já existentes⁴.

As escolas do Estado de São Paulo não diferiam dessa realidade e ficaram à mercê dos avanços e retrocessos determinados pelas conveniências e inconveniências das políticas educacionais de cada governo, de cada gestão pública.

As últimas discussões sobre o currículo no Estado de São Paulo, conforme afirma Noronha (2009) e nossa vivência profissional podem alcançar, ocorreram durante o Governo Montoro, em 1986, quando foi possível debater amplamente diferentes concepções, em vários encontros ocorridos. No entanto, os debates ficaram “na teoria”, e não se pôde constatar nenhuma ação efetiva para implementação das propostas.

O Plano decenal de Educação, a vigorar de 1993 a 2003, indica a necessidade de reformas educacionais no Brasil. Segundo Torres (1996), o Banco Mundial destaca-se entre as várias agências ao apresentar uma proposta articulada em relação à educação nos países em desenvolvimento.

Ainda sob a égide da LDB anterior, Lei 5692/71, mas no período considerado de transição, 1990 a 1996, houve a Instituição da Escola Padrão; a Reorganização das escolas, seguida da municipalização e a criação do

⁴ Estudos realizados por Castro (1985) comprovam esses dados.

SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), que afetaram diretamente o trabalho docente. Faremos uma breve explanação de cada uma.

No início dos anos 1990, de 1991 a 1994, houve a implementação da Escola-Padrão ⁵. As primeiras escolas, e as mais beneficiadas foram as que participaram da primeira etapa, ocorrida em fevereiro de 1992. Em 1993 houve outras escolas a iniciarem no projeto, tendo este perdurado até 1994.

Nos próprios boletins divulgados pela Secretaria de Estado da Educação, na época, constatava-se que os recursos destinados para construção e ampliação das unidades escolares eram imensamente superiores aos previstos para pagamento, capacitação de professores e compra de materiais e equipamentos, (microcomputadores, laboratório de ciências, etc.) que facilitassem o processo ensino/aprendizagem.

Tratava-se de melhor organização do tempo e do espaço escolar. O mérito do projeto revelou-se no esforço de prover a escola pública de melhores condições de funcionamento, de coordenação pedagógica, tempo e condições para estudo e reflexão pelos professores sobre seu trabalho (surgiram as primeiras HTPCs (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo), incentivo à dedicação plena e exclusiva na própria escola, para os professores e gestores, jornada de trabalho menores das que imperavam na época.

Para participar do Programa, a escola teria que apresentar o seu próprio projeto político-pedagógico, que seria coordenado pelos gestores da Unidade Escolar. O problema é que esse projeto não foi para todos, tinha o caráter experimental, e as escolas contempladas foram exatamente aquelas que possuíam melhores condições de gestão pedagógica. Algumas ações significativas perduraram e expandiram-se às outras escolas (como a coordenação-pedagógica e as HTPCs) mas adaptadas em novo contexto.

⁵ Decreto 34.935/1991

Após o fim da escola padrão e estando ainda sob a égide da política de reformas, a Secretaria de Estado iniciou o processo de reorganização das escolas, em 1996, por força de Resolução⁶. Consistiu na separação dos alunos do primeiro ciclo do Ensino Fundamental (1^a. a 4^a. série), dos alunos do segundo ciclo (5^a. a 8^a. série) e, em alguns locais, formando escolas exclusivas de atendimento ao Ensino Médio. Havia argumentos de benefícios pedagógicos e psicológicos aos alunos, mas a predominância clara era a de racionalização dos recursos.

Os prejuízos causados às famílias pela separação de irmãos e amigos, com a dificuldade de deslocamento das crianças, foram enormes e pouco se falou sobre as intenções políticas e as exigências vindas de órgãos financeiros internacionais. Perdeu-se com relação ao pedagógico, tanto que esse tipo de organização já está sendo revista na prática pela própria secretaria.

Quanto ao psicológico, vale citar Sass (2000, p. 64):

É desconhecida qualquer teoria psicológica que recomendasse seriamente a separação, nos termos propostos, de crianças mais novas das mais velhas. Obviamente não se quer aqui tornar indiferentes as necessidades, os interesses, as vontades e as possibilidades reais de uma criança de sete anos daquelas de um adolescente de 15 anos. A ponderação que aqui se apresenta incide sobre o seguinte ponto: não há justificativa razoável para tornar o convívio de diferentes faixas etárias como um mal ou um bem em si. Essa convivência pode propiciar o exercício do poder dos mais fortes sobre os mais fracos, dos maiores sobre os menores, dos grupos sobre os indivíduos, mas podem também favorecer o respeito mútuo, o desenvolvimento da solidariedade entre os mais velhos com os mais jovens, a redução da frieza...

A escola reorganizada, de forma intencional e planejada, deixou o “solo fértil” para a “Municipalização” a ser efetuada nas escolas públicas estaduais. As escolas que passaram a atender somente os alunos de 1^a. a 4^a. séries, puderam passar a ser administradas pelo município “de porteira fechada”, termo comum usado na época para esclarecer que todo o material (imóvel, móvel, pedagógico, tecnológico, humano, etc.) passaria a outra

⁶ Resolução SE 15 de 13 de fevereiro de 1996

esfera da administração pública. Algumas regiões (como a de São Roque) municipalizaram todo o ensino fundamental, ficando sob a administração pública estadual somente o Ensino Médio.

O processo teve início em 1996⁷, mas só após a aprovação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que ocorreu em dezembro do mesmo ano, é que a adesão dos municípios foi significativa, ocorrendo o ápice em números no ano de 1997. Isso porque antes uma parcela das receitas públicas era destinada à educação como um todo e a proposta do FUNDEF era definir uma parcela que atendesse especificamente ao ensino fundamental (1ª a 8ª série), através de uma redistribuição dos recursos provenientes de impostos aplicados pelos municípios e Estados. A implantação do Fundef, portanto, se deu efetivamente em 1998⁸.

A partir de 2001, iniciou-se o declínio nas adesões dos municípios, não sendo mais incentivada, pela Secretaria de Estado, a municipalização do segundo ciclo do ensino fundamental. O incentivo para a municipalização do primeiro ciclo, no entanto, gradualmente, ocorre até os dias de hoje, havendo a tendência e incentivos para que toda a rede de 1º ao 5º ano (conforme denominação atual) seja administrada pelos governos municipais.

Sobre esse assunto temos ricos trabalhos de pesquisa, onde é constatado que a “regionalização” dos dados altera o resultado no sucesso ou insucesso nesse programa de governo. Tomando o cuidado de não cairmos numa visão simplista onde seria ignorado todo o traçado de uma política educacional, podemos dizer que os municípios que apresentam uma sustentabilidade econômica possuem também maiores chances de proporcionar um ensino de melhor qualidade. Citando Azanha (1991), podemos dizer que é evidente que municipalizar o ensino, instituindo um

⁷ Decreto 40.673/96, alterado por Decreto 40.889/96 e Decreto 41.054/96

⁸ A fonte privilegiada para a coleta desses dados é a publicação Sinopses Históricas do MEC/Sediae/Seec.

sistema próprio num sentido amplo, é coisa muito diferente de municipalizar o ensino apenas assumindo a administração de uma rede de escola. No entanto, a maioria dos municípios do Estado de São Paulo não possui rede própria e nem ao menos supervisão própria do sistema, cabendo ainda às organizações estaduais a sobrecarga da ordenação do sistema, sem que lhe seja próprio. Ainda segundo Azanha (1991 p.67).

A simples administração local do ensino não representa por si só nenhuma garantia de sua efetiva democratização e pode até mesmo ser oportunidade de exercício de formas mais duras de coerção sobre o processo administrativo e sobre o magistério... A municipalização do ensino só é defensável se puder contribuir para a melhoria do ensino.

Na mesma dinâmica das reformas e agora com as escolas reorganizadas, o Estado de São Paulo beneficiou-se, entre outros estados, do convênio firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Ministério da Educação, contando com recursos para reestruturação do ensino. Para tanto, precisava provar, com números, que a política de reforma estava obtendo êxitos, não somente administrativo, mas estrutural, isto é, seria necessário demonstrar objetivamente o sucesso pedagógico no processo de aprendizagem.

Para a avaliação, necessária e obrigatória, dos efeitos das implementações das políticas, somente a participação nas avaliações externas do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), desde 1990, não satisfaziam mais as necessidades do Estado. Com essa alegação, a Secretaria de Estado da Educação implantou o SARESP – Sistema de avaliação de rendimento escolar do estado de São Paulo⁹ –, em 1996, que se justificaria pelo fato de se avaliar todo universo da rede estadual e não mais trabalhar com amostragem. Na atualidade é aplicado anualmente para medir e comparar o avanço dos conhecimentos e das competências adquiridas pelos alunos.

Na época, o documento de implantação apontou a rede pública estadual como responsável por 80% das matrículas na Educação Básica, em

⁹ Resolução SE no. 27, de 29 de março de 1996.

todo o Estado. Neste contexto, as redes municipais e particulares foram convidadas a participar das avaliações, havendo somente recentemente (a vigorar em 2010), obrigatoriedade na participação¹⁰.

Com relação às avaliações externas aplicadas às pelas escolas, podemos citar Franco (1994), que aponta a complexidade da qualidade do ensino como um produto social e histórico, sendo que as estratégias de avaliação seriam muito mais um indicador do posicionamento político ideológico, mutável ao longo do tempo, do que um indicador de qualidade da instituição.

Foi sob essa orientação política educacional que se deu a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996.

A partir da Nova LDB e até os dias atuais, citaremos as principais reformas efetuadas e/ou incorporadas pelo governo do Estado de São Paulo que mais incidiram no trabalho do professor e que antecederam a implantação da nova proposta curricular: possibilidade de reclassificação dos alunos; progressão continuada no ensino fundamental e progressão parcial no ensino médio; Rede do Saber e programa de educação continuada aos professores (PEC); criação das ouvidorias; estabelecimento de mudanças no estágio probatório dos professores e demais trabalhadores do magistério e criação do IDESP (índice de desenvolvimento da educação no Estado de São Paulo).

A Reclassificação dos alunos¹¹ é um mecanismo que consiste em rever e alterar a classificação do aluno, matriculando-o em série mais avançada em relação à anteriormente cursada, observada a correspondência idade/série. Este mecanismo possibilita, através de prova que prevê habilidades e competências traçadas para determinadas séries e disciplinas, o avanço dos alunos às séries superiores.

¹⁰ Deliberação CEE 84/2009

¹¹ Resolução SE 20, de 5 de fevereiro de 1998.. Del.CEE 10/97. Indicação CEE no. 9/97

Esses modelos de ações educacionais, com cunho social, sempre visam (teoricamente) atenuar as desigualdades sócio/econômicas na sociedade capitalista, mas, em outra ponta, no entanto, “entra-se numa roda viva” formando ano a ano, dia a dia, novos alunos para a futura “compensação”.

Conforme Ribeiro (1993), mesmo após numerosos fracassos, os alunos que se evadem já permaneceram, em média, 6,4 anos na escola fundamental. O que confirma que há disposição das famílias e dos alunos em adquirir educação escolar e, em contraponto, uma baixa eficiência do sistema em atender essa expectativa.

Na educação pública predominam as ações compensatórias, focalizadas na precária atuação do Estado na oferta de políticas universalistas, em detrimento das preventivas. A reclassificação dos alunos é um exemplo dessas ações consideradas compensatórias, denota a necessidade da adequação idade/série para o desinchaço do sistema e da melhora nos índices a serem apresentados às instituições internacionais.

Outro exemplo, que se faz necessário citar, para chegarmos ao objeto principal da implantação da Proposta Curricular é o da progressão continuada no ensino fundamental¹² e a parcial no ensino médio¹³. Sobre esse assunto, muitos estudos foram elaborados no mundo acadêmico. Constitui-se na não retenção nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (ciclo I), nas quatro últimas séries do ensino fundamental (ciclo II) e matrícula por disciplina no ensino médio, possibilitando ao aluno a avanço dos estudos para a série superior, com dependências a serem “cursadas” em determinadas disciplinas.

O Regime de Progressão Continuada objetiva uma “forma inovadora” para o processo de avaliação na escola. Pressupõe a avaliação como um instrumento essencial na observação da progressão do aluno, com intervenções periódicas e individuais na aprendizagem deste, podendo haver

¹² Resolução SE 98 de 23/12/1998

¹³ Resolução SE 21, de 05 de fevereiro de 1998.

reprovação somente por excesso de faltas ou no final de cada ciclo, somente por uma vez.

Sousa (2001) diz que o sistema de avanços progressivos implica em uma adaptação dos objetivos educacionais às potencialidades de cada aluno, avaliando o aproveitamento de cada um, em função de suas capacidades. Ora, como poderiam os professores, por mais esforçados que fossem alcançar esse nível de avaliação, acompanhamento e intervenção sem significativas mudanças no sistema? No ensino fundamental, o que seria progressão continuada passou, popularmente, a ser chamada de “promoção automática”. Com relação ao ensino médio, as escolas mostraram-se despreparadas administrativamente para a condução do novo sistema. Deparamo-nos atualmente com “pendências” na vida escolar de alunos que acabam muitas vezes sendo resolvidas administrativamente com regularização de vida escolar comumente utilizando-se o argumento da “recuperação implícita”, após a suposta conclusão do curso.

Crescendo cronologicamente com as reformas implantadas após a Nova LDB, surgiu a necessidade de oferecer formação em nível superior para professores efetivos de 1^a a 4^a séries da rede pública estadual, atendendo ao disposto pela nova LDB. Para atender a esse contingente de profissionais sem formação superior, espalhado por todo o estado foi criada a Rede do Saber. A Secretaria da Educação investiu em recursos de videoconferência, teleconferência, ferramentas de gestão e ambientes colaborativos na Internet. O PEC (Programa de Educação Continuada) de formação universitária, desenvolvido entre os anos de 2001 e 2002 foi acompanhado por agência externa com relação à utilização dos recursos financeiros investidos. Isso justificou a ampliação da infra-estrutura criada para atendê-lo, estendendo-a a todos os profissionais que compõem os quadros da Secretaria de Estado. Desta forma, em maio de 2003, foi inaugurada a Rede do Saber.

O desenvolvimento e a implantação da Rede do Saber exigiram não só a instalação de uma enorme infra-estrutura física, bem como a articulação de recursos de telecomunicação e o desenvolvimento de soluções informatizadas integradas especialmente concebidas para viabilizar a gestão da operação e a organização de processos logísticos inusitados.

A administração de todo esse conjunto de comunicação é feita pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, responsável pela manutenção dos recursos de infra-estrutura e suporte em todas as localidades. Há, no mínimo, uma instalação em cada Diretoria de Ensino Regional¹⁴. É uma rede de informática e telecomunicações que se vale da Intragov (infra-estrutura de dados do Estado de São Paulo) conectando os estúdios de geração de videoconferência aos ambientes de aprendizagem a Prodesp (Processamento

de Dados do Estado de São Paulo) para acesso à internet e à Central de Operações da Rede do Saber, que fica na Sede da Secretaria de Estado. Comporta um sistema de comunicação entre as diversas equipes, de forma a deixar registros automáticos de todos os relacionamentos, documentos eletrônicos, mensagens, agendamentos, relatórios e planilha de controle.

A compreensão da maneira como o governo centralizou e controlou as escolas através da utilização dessa tecnologia de informação é importantíssima. A afirmação da política neoliberal veio através dos autores estudados nesses programas e do convencimento ao professor de que existe apenas uma forma de se pensar politicamente a educação.

Segundo Poulantzas (1977), o Estado é um lugar privilegiado da relação orgânica entre o trabalho intelectual e a dominação política, que se materializa em cada uma das instituições que o compõem, assim como nos agentes que nelas trabalham: estes agentes participam, ainda que involuntariamente, na exclusão do saber (e na legitimação do poder) que afeta os grupos sociais subordinados.

¹⁴ O Estado conta hoje com noventa e uma Diretorias de Ensino

Na contra-mão do processo de descentralização foi instituída no ano de 1999¹⁵, a Ouvidoria da Secretaria de Estado da Educação, órgão centralizado e com sede de exercício no prédio central da Secretaria da Educação, localizado na Praça da República, na cidade de São Paulo. Tem como objetivo avaliar a procedência de sugestões, reclamações e denúncias efetuadas pela população de todo o Estado de São Paulo, constituindo-se em mais um instrumento de controle do trabalho do professor. É imensa a burocracia em “averiguação do ocorrido” após a criação de tal órgão. Se por um lado os pais e alunos ficaram mais próximos “dos órgãos centrais” para registrarem seus descontentamentos, na outra ponta os professores passaram a necessitar provar sua idoneidade em toda e qualquer ação reclamada, em sua grande maioria de autores anônimos, sem nenhuma relevância para o trabalho do docente. No entanto, tanto os profissionais da educação quanto toda a comunidade escolar, submetem-se a essa, entre outras, ação racionalizadora e centralizadora do estado. Sobre esse assunto, citamos novamente Cabrera e Jaèn (1991-p.202) que nos deixam claro que a legitimação do poder está a frente de ação política como essa:

Em educação não é o capital diretamente que, a partir de sua condição de proprietário dos meios de produção, da força de trabalho e do produto final, fomenta as medidas racionalizadoras. São os administradores do Estado os responsáveis por este processo e o fazem sob determinações substancialmente diferentes das que afetam ao capital. Estes agentes encontram-se condicionados em suas atuações pela necessidade de manterem-se à frente dos aparelhos de Estado; a legitimidade de seu poder não deriva de sua qualidade de “proprietários”, dependendo antes da valorização que o conjunto da sociedade atribui a suas decisões e ações, e esta valorização diz respeito às funções que são atribuídas ao Estado, que incluem não só contribuir para a acumulação, mas, particularmente, assegurar a legitimidade da ordem social. Ao atuar fomentando uma transformação racionalizadora do trabalho docente com critérios semelhantes aos utilizados pelo capital na produção, os “administradores do Estado” têm de aparentar (e conseguir convencer os diferentes setores implicados em educação) que atuam com “neutralidade”, que se trata de medidas que favorecem a sociedade em seu conjunto, e isso deve ser logrado no marco de uma sociedade onde os distintos agentes e classes sociais

transformam expectativas e participam de interesses em torno da educação substancialmente contraditórios e variáveis.

¹⁵ Resolução SE no. 180 de 24 de novembro de 1999 – Institui Ouvidorias na Secretaria da Educação. Integração das ouvidorias, Resolução SE 93 de 15 de dezembro de 2004.

Outro exemplo de ação racionalizadora e centralizadora atual é o Estágio probatório¹⁶ ao qual se submetem os profissionais da educação para a efetivação do cargo público. Apesar de já existir há muitos anos, atualmente foi revisto por Decretos e Resoluções e condiciona o comportamento desses profissionais nos três primeiros anos de exercício, após terem sido aprovados em prova de conhecimentos e títulos, à avaliação e aprovação dos órgãos centrais. A avaliação é efetuada regularmente e é composta de itens que detalham se o professor seguiu as estratégias de ensino pré-determinadas, se trabalhou com as competências e habilidades exigidas, isto é, “se curvou” à política ora determinada para conseguir a efetivação em seu emprego.

Concluiremos esse tópico citando o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo), que supostamente seria um indicativo de qualidade das escolas estaduais paulistas. Em decorrência o IDESP é a instituição de bonificação por resultados obtidos no cumprimento das metas estabelecidas para a unidade de ensino

Na avaliação da qualidade das escolas feita pelo IDESP consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do SARESP e o fluxo escolar (porcentagem de alunos promovidos). Tem o papel de fornecer um diagnóstico da qualidade da escola, apontando os pontos em que esta precisa melhorar e sinalizando sua evolução ano a ano.

Desde 2007 a escola recebe “uma nota”, que seria o índice de desenvolvimento e uma meta, com novo índice a ser alcançado no próximo período letivo. O alcance ou não do índice proposto se refletirá em bonificação financeira a ser paga aos profissionais daquela escola, proporcionalmente ao índice atingido.

¹⁶ Decreto 52.344, de 09 de novembro de 2007. Resolução SE-21, de 26.03.2009 e Resol. SE. 23, de 27.03.2009

As metas por escola se constituem em mais um instrumento de convencimento à população da legitimidade do poder do estado, forçando os professores a utilizarem metodologia e conteúdos pré-determinados pelo Estado, pois será assim que os alunos serão “medidos” nas avaliações externas. Sobre essa política de ensino/aprendizagem implementada pelo Governo do Estado de São Paulo, de “competências e habilidades” é que foi apresentada a Proposta Curricular, sobre a qual iniciaremos a explanação.

2.2 Leitura Crítica

A cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E não queremos que seja assim. Todos os jovens deveriam ser iguais perante a cultura.

Gramsci

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo¹⁷ foi apresentada para aplicação em todas as escolas públicas estaduais, no início do ano letivo/2008. No final do mesmo ano, deixou de ser Proposta e passou a ser Currículo Oficial, com aplicação obrigatória, por determinação da Resolução SE – 76, de 07/11, publicado em Diário Oficial do Estado de São Paulo em 08/11/2008, pg.29.

Resolução SE - 76, de 7-11-2008.

Dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual [...]

Artigo 1º- A Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, elaborada por esta Pasta, a ser implantada no ano em curso, passa a constituir o referencial básico obrigatório para a formulação da proposta pedagógica das escolas da rede estadual.

Parágrafo único - A Proposta Curricular, que complementa e amplia as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais, incorpora as propostas didáticas vivenciadas pelos professores em suas práticas docentes e visa ao efetivo funcionamento das escolas estaduais em uma rede de ensino.

Artigo 2º - A Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio contempla os componentes curriculares a seguir relacionados e

consubstanciados nas propostas curriculares de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física. Língua Estrangeira Moderna - Inglês, Matemática, Ciências, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Parágrafo Único - As Propostas Curriculares de que trata o caput do artigo são complementadas por um conjunto de documentos, com orientações didáticas e expectativas de aprendizagem, distribuídas por níveis de ensino, anos e séries.[...]

¹⁷ concebida por Maria Ines Fini, Guiomar Namó de Mello, Lino de Macedo, Luiz Carlos Menezes e Ruy Berger, sob a coordenação da primeira.

O processo teve início, para os docentes, em 2007 com espaço no Site da Secretaria de Estado da Educação para sugestão dos professores. O início da implantação deu-se em fevereiro de 2008 com o recebimento pelos alunos e professores de material em formato de “Jornal” para os alunos e de “revista” para os professores, onde atividades de revisão dos anos anteriores estavam prescritas com a determinação da aplicação nos quarenta e dois primeiros dias de aula e, em seqüência, durante o primeiro bimestre, seria implementado o “caderno” que a escola e os professores iriam receber. Posteriormente, foram apresentados os cadernos dos segundo, terceiro e quarto bimestres, respectivamente.

Para ser incluído neste trabalho e facilitar o conhecimento e/ou entendimento da estrutura dos documentos que compõem a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, os mesmos foram por nós compilados (apêndice A).

A proposta curricular apresenta-se, ao professor e ao aluno, sob a forma de “Caderno do Professor” e “Caderno do aluno”, organizados por disciplina (Português; Arte; Educação Física; Matemática; Biologia; Física; Química; História; Geografia; Filosofia e Sociologia) dividido em quatro cadernos bimestrais para as três séries anuais do ensino médio e quatro, para o ensino fundamental. Cada professor e cada aluno obterão, portanto, quatro cadernos anuais, por disciplina e série. Estes foram entregues às escolas somente no início de cada bimestre em andamento.

No “caderno do professor” são apresentadas situações de aprendizagem a serem trabalhadas pelo professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos. Os conteúdos, habilidades e competências vêm acompanhados de orientações para procedimentos, métodos e estratégias em sala de aula e para a avaliação e recuperação.

Para os gestores foi apresentado também o “Caderno do Gestor”, três no ano, com orientações para a gestão do currículo, contemplando todas as atividades a serem efetuadas com os professores, conforme previsto no calendário escolar, além das sugestões para as HTPCs

- horas de trabalho pedagógico coletivo¹⁸ – que ocorrem semanalmente na escola, conforme carga horária do professor. Temos, por exemplo, o caderno do Gestor do início do ano, com orientações, métodos e estratégias para a gestão do planejamento escolar, avaliação do ano anterior, reuniões de fechamento do bimestre, etc. O mesmo ocorre com os outros momentos, nas ações pensadas e antecipadas pelos autores dos cadernos. O documento prevê, inclusive, a coordenação de ações entre as disciplinas, quanto à vida cultural da escola e ao fortalecimento de suas relações com a comunidade.

O documento base, por nós tratado como documento 1, merece nossa atenção pois é onde estão apresentados os princípios teóricos/políticos e sociais do currículo e será comentado a seguir, com citações do próprio documento.

Declara, o documento, que a Secretaria procura cumprir seu dever de garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências, para que as escolas funcionem de fato, como uma rede. Define a escola como espaço de cultura e articulação de competências e conteúdos curriculares. Sabemos, no entanto, que uma coisa é o que se estabelece e outra é o que se consegue realizar.

Características cognitivas e afetivas seriam valorizadas para a aprendizagem do aluno, como as capacidades de resolver problemas, trabalhar em grupo, continuar aprendendo e agir de modo cooperativo. A qualidade da educação seria vista como oportunidade de acesso das camadas mais pobres da sociedade à inserção no mundo produtivo, solidário e com respeito às diferenças e às regras de convivência.

Ser estudante, nesse mundo que expõe o jovem desde muito cedo às práticas da vida adulta – e, ao mesmo tempo, posterga a sua inserção profissional –, é fazer da experiência escolar uma oportunidade para aprender a ser livre e ao mesmo tempo respeitar as diferenças e as regras de convivência. [...]

Criamos uma civilização que reduz distancias, que tem instrumentos capazes de aproximar as pessoas ou de distanciá-las, que aumenta o acesso à informação e ao

¹⁸ Portaria CENP 01/09 e LC 836/97

conhecimento, mas que também acentua as diferenças culturais, sociais e econômicas... (p. 5)

A base da educação proposta é o “aprender a aprender e o aprender a fazer e a conviver”, incorporar a diversidade, manter o equilíbrio social, apropriar-se da multiplicidade de linguagens e códigos do cotidiano.

A capacidade de aprender é trabalhada não apenas dos alunos, mas na própria escola, enquanto instituição educativa: tanto as instituições como os docentes têm de aprender. O princípio é de aplicar com os professores a mesma didática a ser aplicada com os alunos. A equipe gestora (supervisores, coordenadores e diretores) tem a responsabilidade de formação contínua dos professores. Convivência diária seria intencionalmente utilizada como situação de aprendizagem. Todas as atividades da escola seriam curriculares. “Nessa escola, o professor não se limita a suprir o aluno de saberes, mas é parceiro de fazeres culturais...” (p.8)

O currículo se compromete a formar crianças e jovens para que se tornem adultos preparados para exercerem suas responsabilidades com o trabalho, família e sociedade; compreender o mundo e propor explicações... “em síntese, ele poderá enfrentar problemas e agir de modo coerente em favor das múltiplas possibilidades de solução ou gestão” (p.9)

Competência, nesta proposta é visto como “os modos de ser, raciocinar e interagir podem ser apreendidos das ações e das tomadas de decisão em contextos de problemas, tarefas ou atividades” (p.9). Cabe ao professor valorizar o desenvolvimento das competências dos alunos ponderando os aspectos cognitivos, afetivos e sociais dos mesmos. A ênfase é dada à aprendizagem sendo apontada com a diferenciação entre o que é ensinado e o que é aprendido pelo aluno. “A escola deverá ser tão diversa quanto são os pontos de partida das crianças que recebe” (p.10).

É dada prioridade para a competência da leitura e da escrita. A competência da leitura e escrita na proposta vai além da linguagem verbal e teria como base o desenvolvimento do pensamento antecipatório, combinatório e probabilístico, citado como característico do período da

adolescência: “A produção de bens e serviços foi em grande parte automatizada e cabe a nós programar as máquinas, utilizando linguagens específicas” (p.11). A centralidade na competência leitora e escrita não só é colocada como objeto de todas as séries e disciplinas, mas também nas ações dos gestores sobre a educação continuada aos professores.

O professor é visto como um profissional da aprendizagem e não mais do ensino. A expressão “educar para a vida” entra em evidência tornando as competências gerais e constantes e os conteúdos menos específicos e mais variáveis. A ênfase na aprendizagem desloca-se para a necessidade de “aprender a aprender”. “Continuar aprendendo é a mais vital das competências que a educação deste século precisa desenvolver” (p.14).

A proposta curricular apresenta as cinco competências para aprender formuladas no referencial teórico do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio):

a). Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.

b) Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

c) Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

d) Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

e) Reconhecer os conhecimentos desenvolvidos na escola para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Todos os educandos, na proposta, deveriam ter a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes. “Todos os alunos deverão passar pela alfabetização científica, humanista, lingüística, artística e técnica e constituir as competências para reconhecer, identificar o que é próprio de uma área de conhecimento, avaliar a importância dessa área ou disciplina em sua vida e em seu trabalho” (p.16). A relação ocorreria na aplicação das teorias em contextos reais ou em simulações de contextos reais, em cada disciplina do currículo.

Também cita a necessidade das relações entre educação e tecnologia, “compreensão dos fundamentos científicos dos processos produtivos” (p.17), “domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna” (p.17). Acepções no currículo como educação tecnológica básica, incluiriam aprender lidar com computadores e conviver no mundo em que a tecnologia está presente; compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos da produção. No documento está prevista a introdução da tecnologia em todas as áreas, não havendo disciplinas especificamente “tecnológicas”.

É dada, na proposta, explícita prioridade para o contexto do trabalho. “Se analisarmos o conjunto das recomendações já analisadas, o trabalho enquanto produção de bens e serviços revela-se a prática humana mais importante para conectar os conteúdos do currículo com a realidade... A valorização do trabalho é tida como uma crítica ao bacharelismo ilustrado que por muito tempo predominou nas escolas voltadas para as classes sociais privilegiadas” (p.18).

À medida que a tecnologia vai substituindo os trabalhadores por autômatos na linha de montagem e nas tarefas de rotina, as competências para trabalhar em ilhas de produção, associar concepção e execução, resolver problemas e tomar decisões tornam-se mais importantes do que conhecimentos e

habilidades voltadas para postos específicos de trabalho.
(p.19)

As disciplinas do currículo no ensino médio, na proposta, não devem ser apenas propedêuticas nem voltadas estritamente para o vestibular. A preparação para o trabalho, na escola, deve se dar na aprendizagem de competências básicas que sejam pré-requisitos de formação profissional. “Em muitos casos essa opção pouparia tempo de estudo para o jovem que precisa ingressar precocemente no mercado de trabalho”.(p.20)

Apesar de o material apresentar-se ao aluno e ao professor, divididos por disciplinas, estas foram agrupadas em quatro grandes áreas:

- A área das Ciências da Natureza, no atual currículo, compreende a disciplina de Ciências no Ensino Fundamental e as disciplinas de Biologia, Física e Química, no Ensino Médio. Estariam presentes na sociedade na investigação de materiais, das substâncias, da vida e do cosmo. Associar-se-iam às técnicas e às tecnologias em todos os setores de produção e de serviços. “Jovens que concluem a educação de base devem saber se expressar e se comunicar com as linguagens da ciência e fazer uso de seus conhecimentos” (p. 22).

Não seriam estabelecidas fronteiras nítidas entre as disciplinas da mesma área. “Todas as Ciências da Natureza fazem uso de instrumentos matemáticos em seus procedimentos de quantificação, análise e modelagem” (p. 23). A reunião de um conjunto de disciplinas é visto como um recurso didático/pedagógico. A área deve promover conhecimento para ser aprendido e dominado pelo próprio aluno e utilizado para resolução de problemas em contextos reais. O ensino das Ciências da Natureza deveria buscar compor o desenvolvimento da cultura científica com a “promoção de competências mais gerais ou de habilidades específicas, uma efetiva apropriação das ciências como qualificação pessoal, não simplesmente como ilustração cultural” (p.25)

- A Matemática encontra-se sozinha em uma área. Para justificar tal opção são expostas três razões:

a) A especificidade da Matemática ficaria esmaecida se fosse agregada à área de Linguagens, visto, entre outras razões, que a multiplicidade de sentidos da língua natural é intencionalmente controlada na expressão Matemática.

b) A incorporação de Matemática na área de Ciências poderia distorcer o fato de que a Matemática constitui um conhecimento específico da educação básica.

c) O tratamento da Matemática como área específica pode facilitar a “compreensão crítica dos inúmeros recursos tecnológicos de que dispomos para a representação de dados e o tratamento das informações”.(p.30)

- A área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias compreende as disciplinas “Arte”, “Educação Física”, “Inglês”, e “Língua Portuguesa”.

Propõe uma mudança na forma como as disciplinas devem ser ensinadas. “O conhecimento de natureza enciclopédica, sem significação prática, é substituído por conteúdos e atividades que possibilitam a interação do aluno com sua sociedade e o meio ambiente” (p.31). Trabalha-se com a construção do conhecimento lingüístico, musical, corporal, gestual, das imagens e das formas.

No eixo da linguagem artística deverá ser visto o eixo da produção (poético), o da recepção (eixo estético) e o da crítica.

Na Educação Física deverão estar associados corpo, movimento e intencionalidade. Os alunos devem perceber e compreender os sentidos e significados das diversas manifestações do corpo.

A aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna (no caso, Inglês) deveria possibilitar o acesso a bens culturais da humanidade. “Assim,

não só o estudo da língua materna, mas também o das LEM são excelentes meios para sensibilizar os alunos para os mecanismos de poder associados a uma língua” (p. 32)

- A área de Ciências Humanas e suas tecnologias compreende as disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Essas disciplinas deverão contribuir para uma formação que permitisse ao aluno “compreender as relações entre sociedades diferentes; analisar os inúmeros problemas da sociedade em que vive e as diversas formas de relação entre homem e natureza. (p. 35)”.

Como já dissemos uma coisa é o que se estabelece e outra é o que se consegue realizar e entendemos que tal proposta nasceu com alguns vícios já existentes na política de reforma educacional estabelecida desde o final da década de 1980, por nós já citada. Nosso objetivo com esta análise é de subsidiar debates entre os professores, no que é comum a todas as disciplinas, pela necessidade subjacente de problematizar os condicionantes teóricos e políticos do currículo ora implantado.

Saviani (2009, p. 30) nos dá uma boa definição para políticas curriculares e currículo:

As políticas curriculares dizem respeito às relações que se estabelecem na tomada de decisões sobre elaboração, execução, controle e avaliação do currículo escolar. Consistindo em elementos selecionados da cultura e da

sociedade e organizados para fins de ensino-aprendizagem, o currículo se expressa no conjunto de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas. Os processos de sua elaboração e implementação, nos vários âmbitos, são repletos de contradições e resultam em decisões negociadas.

[...]o currículo se expressa no conjunto de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas, os quais, por sua vez, consistem em elementos selecionados da cultura global da sociedade e organizados para fins de ensino-aprendizagem. Aqui, também, para maior precisão, podem ser situados os elementos nucleares; os conhecimentos e, dentre eles, os conhecimentos científicos. Estes seriam a essência do currículo, o seu conteúdo. O currículo, aliás, é sempre relacionado a conteúdos – definidos de acordo com as prioridades estabelecidas conforme finalidades da educação escolar e do público a que se destina. E a organização curricular consiste na disposição dos conteúdos básicos de cada componente e das indicações metodológicas para seu

desenvolvimento. Disto se conclui que a organização curricular implica a organização do trabalho pedagógico.

As políticas curriculares ora implementadas emanam poder, pois estabelecem as normas, diretrizes, avaliação e controle sobre os conjuntos de atividades nucleares da escola.

A imposição de “manuais didáticos” é analisada por Hypolito (1997-p. 21) como um elemento centralizador que se opera à medida que se eleva o nível de determinação externa, de “racionalização do trabalho”, em detrimento do tempo para pensar e planejar:

Há, com efeito, modificações substanciais quanto ao que se entende por qualificação profissional. Qual deve ser a formação adequada para esse profissional que é um trabalhador do ensino e não mais aquele profissional ilustrado, bem qualificado? Dependendo da lógica, o professor mais adequado tanto pode ser aquele profissional bem preparado, quanto pode ser aquele que não está apto a pensar, mas mostra-se um perfeito executante.

Numa ótica tecnicista, o trabalhador do ensino ideal executa o que está prescrito pela supervisão e previsto nos manuais”.

Enguita (1991-p. 6) reforça a idéia que “pacotes fechados” formam professores tecnicamente inoperantes:

... associando-se a ênfase nas experiências pessoais e na subjetividade dos professores àquela das “competências”, que visa formar um profissional tecnicamente competente, mas politicamente inoperante, disciplinado, adaptado, fechamos o

quadro. O professor “treinado” para saber o “como” ensinar, pouco deve se preocupar com “o que” ensinar, visto que lhe são destinados pacotes e programas de ensino pré-estabelecidos.

O currículo implantado pela SEE (Secretaria de Estado da Educação) está fundamentado na aquisição de competências e habilidades, sendo que as competências relacionadas à leitura e escritas são o pivô dessa organização curricular e transpassam por todas as disciplinas.

Campos (2002), diz que quando o desenvolvimento das competências passa a ser a tarefa principal da formação e os “saberes da prática” assumem lugar central na definição da própria prática pedagógica, essa ocorrência acontece em detrimento do conhecimento teórico/científico.

Também Shiroma (2003, p. 68) aponta relações entre a questão da profissionalização e a difusão da noção de competências como lógica orientadora dos processos de formação de professores, de forma desvirtuadora do saber científico.

O conceito de hegemonia que explana sobre a imposição da hegemonia de blocos da burguesia através do consentimento e da repressão está bem exemplificado neste contexto educacional de apresentação de um currículo pronto e acabado que segue uma mesma política de reforma que vem ocorrendo desde o final da década de 1980. Segundo Neves (2005), o contexto histórico que começou a tomar forma no início do século XX perdura até hoje e é o da crescente exploração do trabalhador objetivando a acumulação do capital e, no plano político, a fúria para legitimação dos padrões sociais regidos pelo capital. A escola pública também é burguesa, pois o poder está com a burguesia. E, em última instância, são eles os idealizadores do novo currículo oficial.

Na educação a coesão cívica encontra seu auge. Há o direcionamento de todas as diretrizes possíveis para o encaminhamento das aulas, atitudes e meios de convivência. São Grêmios Estudantis com Regimentos prontos. O Regimento das próprias escolas também possuem uma base única, são pré-determinadas normas de convivência e, sobretudo, o currículo oficial, que contem as “competências e habilidades” a serem desenvolvidas pelos alunos, bem como o conteúdo e a forma para alcançar tais objetivos.

A nova proposta curricular vem ao encontro de estratégias que surgiram como alternativas aos efeitos do neoliberalismo. Vamos trabalhar em favor da mulher, do negro, do índio..., com “analgésicos” momentâneos e ações incentivadores ao protagonismo juvenil e coletivo, onde a sociedade local é chamada para um pacto social de auto-solução e responsabilização de seus problemas. No entanto, esse mesmo poder que chama e financia a

sociedade, leia-se “escola”, molda e avalia suas ações, conforme seus próprios projetos.

3 SOBRE A IMPLANTAÇÃO: IMPLICACÓES E IMPACTOS

A escola completa tenderá a incorporar todas as áreas do saber humano..de todo o saber elaborado pela humanidade.

Gramsci

3.1 O que dizem o Supervisor da Escola e os Professores Coordenadores da Oficina Pedagógica.

Sabemos que nossa pesquisa nos conduzirá a resultados provisórios e não a certezas enfáticas – de resto, algo impossível e perigoso, pois tudo o que não desejamos é o risco de cairmos em afirmações absolutas. Temos consciência, contudo, de que estes indicadores nos permitiram elaborar reflexões significativas sobre o tema que trabalhamos. Segundo Minayo (1998), no campo da pesquisa social o debate tem sido perene e nunca conclusivo, mesmo porque nosso objeto de estudo possui consciência histórica:

... O objeto das Ciências Sociais é histórico. Significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que a constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado.

Trabalharemos, fundamentalmente, com registros obtidos na escola em análise: Termos e Relatórios de Visita emitidos pelo Supervisor de Ensino e Professores Coordenadores da Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino, durante os anos 2008 e 2009 (período de implantação da proposta), sobre o tema; entrevista com os professores, das diversas disciplinas, que atuavam em sala de aula no mesmo período e observações nos diversos ambientes.

A análise dos Termos e Relatórios acima citados, bem como a observação, será de primordial importância para dar confiabilidade às respostas obtidas nas entrevistas.

A escola em análise é pública estadual, jurisdicionada à região que a Secretaria de Estado da Educação denomina Pólo 04, Região da Grande Sorocaba. Possuía, no início do ano letivo 2008, 1009 (mil e nove) alunos, distribuídos em três períodos (manhã, tarde e noite) e entre as quatro séries do ciclo II do Ensino Fundamental e as três séries do Ensino Médio. Dez salas de aula no prédio, sendo que no período da manhã as dez salas são utilizadas, e no período tarde e noite, somente nove. Tem uma biblioteca com bons títulos, porém mal organizados. Uma sala de informática com aparelhos obsoletos que permitem o acesso a internet somente da forma discada; não possui laboratório de Ciências e Biologia. Conta com uma Diretora, uma vice-diretora, uma professora-coordenadora do Ensino Fundamental e um do Ensino Médio. O quadro comporta trinta e dois professores, mas eram raros os dias em que o quadro estivesse preenchido. Em 2008 obteve o taxa de promoção de somente 68%, e ficou com um saldo de 50 (cinquenta) alunos do Ensino Médio em dependências. O serviço de limpeza do prédio é terceirizado ainda assim os gestores pedagógicos precisam se ocupar também desses serviços. Há muita reclamação de falta de funcionários para os serviços de secretaria e inspetoria de alunos.

Esta pesquisa é especial por tratar de assunto atual e de extrema importância entre as reformas educacionais adotadas pelo Estado de São Paulo. Iniciou no segundo semestre de 2009 se estendendo até o primeiro semestre de 2010 e não obteria êxito se não fosse pela colaboração direta dos educadores da escola.

Acreditamos que a fala dos profissionais que estão atuando em sala de aula e envolvidos diretamente com a implantação do currículo, na ponta, pode expressar a realidade do processo.

Foram analisados os relatórios que os Assistentes Técnicos Pedagógicos¹⁹ fizeram em visitas à unidade escolar, bem como os Termos de acompanhamento e avaliação efetuados pelo Supervisor, nos anos 2008 e 2009. Os trechos que fazem referência direta à implantação do currículo, foram transcritos *ipsis litteris*, por data de visita, e apensados a este trabalho (apêndices B e C). Para atender a ética e o rigor acadêmico, foram retirados os nomes das pessoas ou instituições ou qualquer outro dado que induzissem à identificação.

Atentamos para o fato de que a leitura do transcrito (apêndices B e C) propicia uma excelente e concreta visão sobre a integralidade do processo de implantação da nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo na unidade.

A adoção pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo de um currículo único para todo o estado facilita-nos a análise do mesmo, mas prejudica, certamente, a análise sobre os resultados da implantação, pois não podemos incorrer no vício de desconsiderar as especificidades regionais e aí, as diferenças encontradas em cada unidade de ensino, a concepção de mundo de cada grupo de educadores e educandos.

Os professores tomaram contato com o primeiro material que seria o início da implantação da Nova proposta curricular do Estado de São Paulo, no planejamento escolar/2008, que ocorreu nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro. Os registros existentes na escola e as declarações dos professores nos dão absoluta clareza que esses não foram consultados sobre a elaboração da Proposta Curricular, nem a “consulta” aberta na Internet atingiu-os.

As aulas iniciariam segunda-feira, dia 18. Foram entregues “revistas para os professores, acompanhadas de jornais para os alunos” onde

¹⁹ A Diretoria de Ensino é composta de Uma Oficina Pedagógica que comporta Assistentes Técnicos Pedagógicos (ATPs), por disciplina do currículo. Há então o ATP de Matemática, ATP de Português, de Ciências, etc. Em 2009, for força de legislação, a denominação da função de ATP foi alterada para PCOP (professor de coordenação da Oficina Pedagógica).

estavam contidas as aulas para os primeiros quarenta e dois dias letivos, a título de “revisão”. O conteúdo foi o mesmo para duas séries. Um mesmo jornal para as 5as. e 6as. Séries, outro para as 7as. e 8as., outro para as 1as e 2as. séries do Ensino Médio e, finalmente, um para a 3ª.série. Houve empenho por parte dos professores para entendimento do material, apesar das críticas de haver o mesmo conteúdo para duas séries. Ressaltaram o grau de densidade do proposto, exigindo mais tempo que o planejado para sua execução, não possibilitando ao professor nenhuma reflexão em seu fazer pedagógico, e a falta de material para sua execução. Os professores mostraram-se preocupados com a avaliação a qual os alunos seriam submetidos após esse período de 42 dias letivos.

Em 11 de Março de 2008 percebe-se, na escola, o primeiro comentário, durante uma reunião de HTPC, da possibilidade de o Estado continuar com a política de enviar “apostilas” para que os professores aplicassem. A Assistente Técnica Pedagógica da Diretoria de Ensino declara saber somente que os professores receberão um “caderno de orientações” e que o enfoque seria nas habilidades de leitura e escrita para todas as séries.

Embora o discurso no documento oficial tenha um forte apelo à autonomia da escola e à sua participação, na prática o que ocorre é a separação entre os “pensantes” que determinam o que fazer e os “executores”. Segundo Bobbio (2000, p.955), essa forma de poder fundamenta e mantém uma sociedade de desiguais onde os superiores comandam e os inferiores se submetem.

Em 31 de Março de 2008 ocorreu o primeiro dos dois dias de planejamento após o período intitulado de “recuperação intensiva”. Os Professores Coordenadores e Diretores das Escolas já haviam recebido capacitação, pela Diretoria de Ensino, sobre a Nova Proposta Pedagógica e coube a eles, com o uso do “Caderno do Gestor” e DVDs enviados pela Secretaria de Estado, repassar aos professores o contido na “Proposta Curricular” e no “Caderno do Professor” que, na verdade, trata-se de uma apostila a ser seguida, com os alunos, durante o primeiro bimestre. A esse

movimento foi dado o nome de “aprender a aprender”: os gestores e professores aprendem a nova forma de ensinar os alunos a aprenderem.

Foram distribuídos vídeos aos professores da rede, onde as orientações estão prontas, acabadas. Com essa infinidade de normas rígidas, sobra muito pouco para a tal comentada flexibilidade voltada à autonomia da escola. O distanciamento entre o currículo determinado e a possibilidade da total realização contradiz com as necessidades de uma rede gigantesca como é a de São Paulo.

Ao se analisar a forma como os professores foram consultados para a implantação da Proposta Curricular, por simples meio de Internet, sem ampla divulgação e sem retorno aos apontados, pode-se afirmar que ela traz no seu bojo uma concepção centralizada e autoritária, diferindo do “discurso democrático” que consta na própria proposta. E essa consulta ocorre somente para legitimação do processo. Sabe-se que a implantação do Currículo Oficial foi efetuada de forma contundente, por Resolução, sem a devida participação dos envolvidos, especialmente os professores que, em relação aos demais profissionais da educação, são aqueles que estão na ponta, executando uma política que não foi por eles pensada. Essa cultura autoritária nas políticas educacionais vem de longa data, atrelada a interesses políticos que nem sempre coincidem com os interesses reais da sociedade e/ou com a necessidade sentida pelos trabalhadores da área, desconsiderando a experiência adquirida por estes trabalhadores no desenrolar de sua carreira. Alguns autores, como Apple (1989), afirmam que a implantação do modelo tecnocrático em educação submete o ensino à “lógica racionalizadora do capital” que envolve uma série de diretrizes metodológicas e didáticas as quais retiram do professor o poder de decisão sobre os fins de seus trabalhos.

No início de Abril foi realizada a prova aos alunos que avaliou o “período de recuperação”. A supervisão e coordenadores da oficina pedagógica acompanharam o processo de implantação na escola, intensivamente, durante o primeiro semestre, onde foi suspenso todo e qualquer projeto ou atividade pedagógica que pudesse tirar o foco da Proposta. Professores, de forma geral, se empenharam e reclamaram sobre o

tempo limitado e pré-determinado para as atividades, de falta de material e espaços pedagógicos como, por exemplo, a sala de Internet. Alguns professores discordaram de algumas seqüências didáticas, alguns conteúdos e/ou do que consideram “inapropriados ou inadequados” nos cadernos.

A preocupação com o tempo intensifica, visto os dias programados para o 1º bimestre estarem se esgotando, pois percebem que o número de aulas proposto nos cadernos do professor é inferior ao necessário para fazer um trabalho de qualidade, com as estratégias e os conteúdos selecionados nos referidos cadernos. A falta do “caderno do aluno” e a impossibilidade de xerocopiar todos os textos necessários agravam a situação. O descontentamento com os cadernos cresce, sendo apontadas, pelos professores, falhas didático/pedagógicas. Foi indicado o instrumento “fale conosco” que estaria aberto no Site da Secretaria da educação para reclamações e sugestões.

Pelos relatos percebe-se nitidamente que os professores “sofrem pressões” para a implantação da nova proposta, pelas cobranças constantes do Diretor, pela necessidade de preenchimentos de planilhas para o acompanhamento de suas aulas, pelas visitas constantes dos professores coordenadores em sala de aula e dos Assistentes técnicos pedagógicos da diretoria, na escola e também em sala de aula, e das avaliações externas as quais seus alunos já se submeteram e continuarão a se submeter durante o ano letivo. É gritante também o esforço de grande parte dos professores junto com o despreparo dos mesmos para a implantação.

Pela fala de uma professora, sem que houvesse contraponto, fica claro que o Projeto Pedagógico da escola não estava em consonância com a Nova Proposta Curricular, o que não nos surpreende, pois a Proposta Pedagógica foi elaborada pela escola e a Proposta Pedagógica foi elaborada pela Secretaria de Estado.

O primeiro semestre/2008 encerra-se com as atividades referentes ao primeiro bimestre, em quase todas as séries e disciplinas.

O segundo semestre inicia-se com o replanejamento. Os gestores da escola seguem a risca as indicações e orientações recebidas através do Caderno do Gestor, neste momento, o volume 2. Há, neste volume, um questionário a ser respondido pelos professores, cujas respostas foram sintetizadas durante a visita de um ATP (anexo A), onde os professores responderam maciçamente que utilizaram os cadernos, porém os conteúdos previstos foram contemplados só parcialmente, que as situações de aprendizagem foram interessantes também em parte, que a adequação das situações de aprendizagem foram “parcialmente” adequadas para o desenvolvimento das habilidades e competências, que houve um grau de dificuldade muito alto para a implementação, falta de material e pouco tempo para desenvolver muito conteúdo.

Na contra-mão do que poderíamos deduzir pelas respostas anteriores, foi também respondido pelos professores que reconheciam as vantagens do uso sistemático do caderno para sua própria formação e de seus alunos e o nível de satisfação foi de médio a alto; somente 10% demonstraram nível de satisfação “zero”.

Durante o segundo semestre do ano 2008, houve uma pausa dos agentes da Diretoria de Ensino com relação às atividades de implantação da nova proposta. Somente é registrada a existência de um curso on-line para os professores, contemplando as disciplinas específicas, cujas inscrições foram feitas no mês de Setembro. Tal pausa se dá por força de uma Instrução conjunta emanada pelos órgãos da Secretaria de Estado da Educação²⁰ onde há a reestruturação da Oficina Pedagógica e, como todas as ações de reformas educacionais, demandam tempo de adequação. A partir de tal reestruturação a função de Assistente Técnico Pedagógico (ATP) passa a denominar-se Professor Coordenador da Oficina Pedagógica (PCOP), mas suas funções a serem efetuadas nas escolas não se alteram, não havendo, portanto, implicações para o trabalho do professor.

Para o ano 2009, os alunos também receberam os cadernos, o que não ocorreu no ano anterior, que veio a facilitar o processo de implanta-

²⁰ Instrução conjunta CENP/DRHU de 02/07/2008

ção da Proposta curricular que, como já mencionado, por força de legislação, passa a ser Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

O Planejamento inicial de 2009 deu-se nos dias 11, 12 e 13 de Fevereiro, com subsídios enviados pela Secretaria de Estado, onde constam “sugestões” de avaliação diagnóstica, para a primeira semana de aula. Orientações são emanadas pelo site “São Paulo faz escola”. No entanto, nem todos os cadernos dos alunos e professores chegaram, falhas e atrasos foram percebidas em todo o período pesquisado.

Pelos apontamentos existentes na escola conclui-se que a escola em tela obteve alto índice de perda em 2008 (evasão e retenção): 32% (trinta e dois por cento). Pela avaliação dos gestores, a implementação da proposta curricular em 2008 também não resultou sucesso:

... analisando, com a coordenadora, a implementação da Proposta Curricular, em 2008, chegou-se à conclusão que foi uma verdadeira batalha com os professores e muitos não seguiram as atividades previstas nos cadernos, o que sugere que, com o caderno do aluno em 2009, será preciso um acompanhamento mais de perto dos professores...

O currículo escolar não é ahistórico e tem vínculo direto com o contexto político, social e econômico no qual está inserido. No Estado de São Paulo, os números recentes mostram²¹ que os índices de aprendizagem estão aquém do esperado. O baixo aproveitamento constatado de nossos alunos e o fato do Estado de São Paulo, também historicamente, ser referência para outras regiões do Brasil, faz deste nosso referencial de pesquisa algo de extrema importância.

A avaliação diagnóstica a ser efetuada nos primeiros dias de aula deveria subsidiar a formação das turmas de recuperação paralela, principalmente em Língua Portuguesa e Matemática. Os professores se

²¹ Instrumentos geradores dos números

SARESP – sistema de avaliação do rendimento do Estado de São Paulo – 2007/2008

IDESP – índice de desenvolvimento da educação básica do Estado de São Paulo – 2007/2008

ENEM, Prova Brasil e PISA.

preocupam, pois faltam cadernos de alunos, alguns materiais didáticos e enfrentam problemas com a transmissão da videoconferência. Continuam as cobranças para a aplicação da proposta em sala de aula, pelos gestores da escola e da Diretoria de Ensino. Os professores apontam divergências entre o caderno do professor e caderno do aluno, entre estes e os livros didáticos e a falta de tempo para estudos.

No final do mês de março, os gestores da escola encontram, em alguns armários de professores, material de aluno que deveria ter sido aplicado e não o foram, o que denota que alguns professores “disseram” que aplicaram as atividades, mas não o fizeram.

Os professores questionam o não recebimento do “bônus” referente ao ano 2008, pois o valor foi calculado sobre o índice do IDESP, que considerou principalmente o índice de promoção dos alunos do ano anterior. Como índice de promoção da escola foi baixo, somente de 68%, os professores não fizeram jus a essa “premiação”.

Durante a avaliação diagnóstica constatou-se que um aluno, da 1ª série do EM, ainda não estava alfabetizado e dois, com o nível de alfabetização bastante precário.

Em Maio percebe-se que há professores registrando suas aulas de forma muito genérica, não havendo a possibilidade de precisar se está havendo ou não o atendimento ao currículo oficial, como também se viu a mesma atividade registrada em séries diferentes, o que não atenderia à comanda superior. Iniciou-se um intensivo monitoramento, pelos gestores, daquilo que os professores estavam aplicando com os alunos, percebendo-se muitos “desvios” do determinado no Currículo Oficial.

No mês de Junho a escola passa a enfrentar problemas ocasionados pelo excesso de falta de professores: aulas e conteúdos não dados. A maior ausência dos docentes deve-se às licenças-saúde e a faltas/dias, por motivos particulares, não avisadas com antecedência, e, portanto, não providas de professores substitutos eventuais.

Os professores apontam aspectos positivos e negativos da proposta. No positivo se sobressai o fato de terem o material pronto, principalmente para os alunos. No aspecto negativo, é de comum acordo que as aulas previstas nas determinadas situações de aprendizagem não são suficientes para trabalhar em sala de aula e que algumas situações de aprendizagem estão acima da realidade do nível de aprendizagem dos alunos.

No final do 1º. Semestre houve uma avaliação, considerada externa, elaborada pela Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino, e os alunos não obtiveram bom aproveitamento. Inicia-se, após o recesso prolongado pela Secretaria da Saúde (Gripe H1N1) uma “corrida” para que houvesse bom desempenho no Saesp/2009.

No mês de Agosto foi declarado que os alunos do período da manhã estariam sem professor de Física já fazia três meses. Em Setembro havia, ao menos, três professores de Matemática, um de Língua Portuguesa e um de Inglês em Licença-saúde.

Nos acompanhamentos dos gestores percebe-se grande dificuldade dos professores em seguirem o currículo oficial, dificuldades estas não declaradas diretamente, mas explicitadas através dos apontamentos nos diários de classe e cadernos dos alunos. Um Professor de Matemática declara ao Coordenador, abertamente, que não utiliza o material do aluno enviado pela Secretaria de Estado.

Percebe-se preocupação dos gestores em relação ao “atraso” nas atividades dos alunos. Em Setembro, algumas classes e/ou disciplinas iniciavam as atividades correspondentes ao segundo bimestre e outras, haviam desenvolvido 50% correspondente ao mesmo período. É “sugerido”:

... Considerando que todos os conteúdos previstos para o ano letivo devem ser contemplados, a PCOP sugere aos professores que façam uma escala de tempo adequada para tratar cada conteúdo que ainda falta ser trabalhado, ficando a critério do professor trabalhar o tema correspondente a cada uma das unidades de cada volume.

As falas dos professores durante as entrevistas corroboram com o fato já detectado de que os professores, e mesmo os gestores locais, não foram ouvidos para que subsidiassem a formulação da Nova Proposta curricular do Estado de São Paulo. A mesma foi apresentada aos professores, aos poucos, em vésperas da aplicação, havendo o conhecimento total do que foi formulado somente no final do ano 2008, com os recebimentos dos cadernos referentes ao último bimestre.

De forma geral, os professores trabalharam com as apostilas, denominadas cadernos, como puderam, como o tempo favoreceu, “dando um jeitinho, uma driblada”, sem que fossem feitas grandes manifestações a respeito. Temem pelo não recebimento do Bônus, novamente, ou por serem acusados como “culpados” pelos colegas da escola não receberem o Bônus. Possuem dificuldades para estudar e preparar suas aulas no tempo pré-determinado, apontando também como causa a falta de infra-estrutura que recebem.

Sentem-se, os educadores, pressionados pelas avaliações externas onde umas, como o SARESP, cobram habilidades supostamente previstas no Currículo Oficial e outras, como os Vestibulares das universidades públicas e o ENEM, cobram conteúdos. Não rejeitam, o trabalho docente visando o desenvolvimento de habilidades e competências, mesmo porque não possuem ainda um total entendimento dessa didática. Há, contudo, consenso na fala de que o currículo não poderia ficar como estava. O que fazer?

À luz de Jaén e Cabrera (1991), a autonomia e a participação do professorado em funções conceituais, não se vêem totalmente anuladas, porquanto não são exigências que derivam da própria configuração do trabalho docente como um trabalho que se realiza com seres humanos, que se dá concretamente em salas de aula separadas onde o docente trabalha sozinho, e onde sua autoridade se apóia em critérios de legitimidade relativos à sua suposta “superioridade intelectual” com relação ao alunado. Mas todo o processo de reforma que impõe um modelo tecnocrático em educação afasta os professores da reflexão e tomada de decisões sobre os fins e conteúdo do ensino e tem como efeito a progressiva desqualificação do mesmo.

3.2 O que dizem os professores

Qui si convien lasciare ogni sospetto. Ogni viltà convien che sia morta"(Que aqui se afaste toda a suspeita).

Karl Marx (em artigo para o New York Daily –
Jornal que existiu de 1841 a 1924)

Foram entrevistados dez professores que estavam trabalhando em sala de aula no período da implantação da Proposta Curricular, isto é, nos anos 2008 e 2009, com disciplinas diferentes, contemplando, no total, doze disciplinas: Física, História, Filosofia, Sociologia, Matemática, Arte, Geografia, Português, Química, Inglês, Ciências e Biologia. Trata-se de cinco professores do sexo feminino e cinco do sexo masculino, com idades entre 26 e 57 anos e de 02 a 23 anos de magistério

Todos os professores entrevistados declararam ter tido conhecimento da Proposta Curricular somente no início do ano letivo 2008 por ocasião do Planejamento Escolar, quando receberam o documento das mãos do coordenador ou do diretor da escola. O recebimento da Proposta Curricular foi seguido de leitura e orientação efetuada pelos Coordenadores da Escola. Pelos Termos dos gestores sabe-se que essa orientação ocorreu no dia 31 de março de 2008, após os primeiros quarenta e dois dias de aula utilizados para recuperação. Três professores, o que corresponde a 1/3 dos entrevistados, declararam ter recebido a orientação na Diretoria de Ensino, ainda no mês de Fevereiro.

Uma das professoras esclarece, o que também está explícito nos relatórios, que essa leitura e/ou orientação efetuada refere-se ao Documento intitulado Proposta Curricular do Estado de São Paulo, no que é comum a todas as disciplinas. Nenhum professor fez referência a alguma orientação sobre os “cadernos dos professores” onde estão contidas as aulas a serem dadas pelos professores de cada disciplina.

De todos os professores apenas um declarou não aplicar a nova proposta curricular; um declarou aplicar totalmente e os oito restantes “adaptam... tentam aplicar... aplicam dentro do possível... aplicam parcialmente, etc.” Isto confirma o resultado do questionário mencionado na visita da ATP da Escola da Família à escola, no dia 30 de Julho de 2008. Ou seja, nem todos os professores passaram a aplicar as novas diretrizes curriculares propostas pela Secretaria da Educação e os que a aplicaram, o fizeram de modo parcial, mediante ajustes.

Apesar da não aceitação total do conteúdo nos cadernos, o nível de satisfação com a proposta de um currículo comum é grande por parte dos professores, ficando a insatisfação por conta de inadequação do tempo real depreendido com o previsto para a realização das atividades. Foi grande também a quantidade de professores (50%) que explicitaram a não concordância com a política emanada nas seqüências didáticas apresentadas nos cadernos para os alunos e com a obrigatoriedade do uso da proposta Curricular que, como já afirmamos, deixou de ser “Proposta” para tornar-se Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As idéias dominantes de uma época nunca passaram das idéias da classe dominante

Karl Marx

No decorrer deste trabalho, apontamos como as reformas educativas estão intimamente relacionadas com as reformas de Estado. As políticas educacionais e as diretrizes fixadas para a reforma da educação no Estado de São Paulo são melhor compreendidas quando observadas sob esta ótica.

Durante a década de 1980 a Educação no Estado de São Paulo passou por um período de estagnação. A promulgação da Constituição da Republica Federativa do Brasil, efetuada em 1988, no entanto, proclamou a obrigatoriedade da União aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos. As escolas, então, ficaram a mercê das conveniências políticas educacionais de cada Estado.

No Estado de São Paulo as reformas iniciaram ainda antes da Nova Lei de Diretrizes e bases da Educação e muitas incidiram diretamente no trabalho docente: a instituição da Escola Padrão; a reorganização das escolas, seguida da municipalização do ensino; a criação do SARESP; a implantação das classes de aceleração, sem que os professores fossem consultados ou tivessem a oportunidade de opinar sobre. No entanto, foram eles que sofreram os desgastes com a diferenciação ocorrida com a Escola Padrão, o descontentamento dos pais e comunidade com a reorganização e municipalização das escolas, a forte reação dos alunos com a avaliação externa, entre outros.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação as reformas “ganharam corpo” e perpetua-se a política da implantação sem considerar as opiniões prévias dos docentes, como, por exemplo, a possibilidade de reclassificação dos alunos; progressão continuada no Ensino Fundamental e Progressão Parcial no Ensino Médio; Rede do Saber e programa de educação continuada aos professores (PEC); criação das ouvidorias; estabelecimento de mudanças no estágio probatório; criação do IDESP, culminando com a injunção na implantação do currículo oficial.

A implantação do Currículo Oficial foi efetuada de forma contundente, por Resolução, sem a devida participação dos envolvidos, especialmente dos professores que, em relação aos demais profissionais da educação, são aqueles que estão na ponta, executando uma política que não foi por eles pensada. Esta, além de doutrinária, emana poder, pois estabelecem as normas, diretrizes, avaliação e controle sobre os conjuntos de atividades nucleares da escola. Essa opção política é fortemente percebida, entre outros fatores:

- Pela entrega dos documentos nas escolas que foi efetuada de forma parcial, conforme a necessidade e urgência da imediata aplicação.
- No contido nos Cadernos dos Gestores também verifica-se que as ações a serem efetuadas juntos aos professores já foram pensadas e antecipadas pelos autores dos cadernos, deixando aos gestores a determinação do “cumpra-se”.
- Na declaração dos Gestores da Diretoria de Ensino no Termo de 11 de Março de 2008 onde fica claro o desconhecimento das próximas ações dos órgãos centrais.
- Na atitude registra no Termo de 17/04/2008 onde foi deliberadamente cortado todo e qualquer projeto ou atividade pedagógica pensada pelo professor que pudesse tirar o foco da Proposta Oficial.

A atual Proposta é totalmente coerente com a política social que o Estado defende, isto é, o Capitalismo, e faz parte de uma ampla política Nacional, financiadas por organizações internacionais que teriam como objetivo “sanar” as dificuldades do Terceiro Mundo, adequar a mão de obra barata que esses países propiciam, tornando-a disponível para a exploração do Capital.

A responsabilidade do sucesso ou insucesso na implantação da Proposta foi direcionada para a Escola, havendo grande ênfase no trabalho do Gestor. Tendo sido colocado o princípio central na aprendizagem, o professor fica sendo somente um intermediário e facilitador.

A atual política educacional surge com o firme propósito de formar cidadãos adaptados ao sistema social vigente, fazendo-se encarar todas as diferenças de forma natural, normal e, portanto, aceitável. A convivência dentro das diferenças é moldada e as políticas são meramente compensatórias, não incidindo na estrutura da sociedade, na raiz dos fatos que geram as diferenças.

Nesse ponto encontra-se e encaixa-se, perfeitamente, a leitura aqui especificada nesta pesquisa. Com essas reformas monopolistas, dificulta-se cada vez a possibilidade de ações contra-hegemônicas no interior de nossas escolas. A forçada internalização dos valores de resiliência, entre outros, estão tirando dos professores a capacidade de resistência. Os professores não são incentivados a refletir sobre os interesses e necessidades de seus alunos, relacionando-os aos elementos de um currículo escolar

Respondemos, neste momento, nossas indagações iniciais.

- Os docentes não se percebem como autores, ou co-autores, dos cadernos elaborados para a aplicação do currículo oficial em sala de aula, sentem-se somente um intermediário e facilitador.

- Apesar da não aceitação total do conteúdo nos cadernos, o nível de satisfação com a existência de um Currículo Comum é grande por parte

dos professores, ficando a insatisfação por conta de inadequação do tempo real depreendido com o previsto para a realização das atividades.

- Foi grande também a quantidade de professores (50%) que explicitaram a não concordância com a política emanada nas seqüências didáticas apresentadas nos cadernos para os alunos e com a imposição da obrigatoriedade do uso da proposta Curricular que, como já vimos, deixou de ser “Proposta” e tornou-se O Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

No presente momento, existe a necessidade de problematizar os aspectos teóricos e políticos do currículo ora implantado, com o objetivo de subsidiar debates entre os professores, alunos e toda a comunidade. Objetivo e desafio proposto por este trabalho, clama-se à resistência política do professorado frente aos processos de controle público de seu trabalho.

Valorizar o papel dos educadores que deve ter condições mínimas de trabalho e de liberdade para passar o seu conteúdo e considerá-los como intelectuais que, de fato, o são, deveria ser o papel de um Estado transformador.

REFERÊNCIAS

Na escolha da bibliografia, consolida-se a base teórica da pesquisa.

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de P. A avaliação da educação superior no contexto das políticas educacionais. in: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. *Avaliação democrática: para uma universidade cidadã*. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

APPLE, Michael W. *Educando à Direita: mercados, padrões e desigualdade*; São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

ARROYO, Miguel. *Ofício de Mestre*. Petrópolis: vozes, 2000.

AZANHA, José Mário Pires. Uma idéia sobre a municipalização do ensino. *Estudos Avançados.*, São Paulo, vol.5, n.12, p.61-68, 1991.

_____. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

BLOCK, Fred. La clase dominante no gobierna: notas sobre la teoria marxista del Estado. En *Teoria*, Mexico, n.6, abril-junho, 1981.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5.ed, Mexico, Editorial Siglo XXI, 1986

BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Col. 1, p. 63-77.

_____. *Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Col. 1, p. 27.833.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. DF, 1988.

_____. *Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003*.

Brasília, DF: MEC, 1994.

_____. Sinopses Históricas, MEC/SEDIAE/SEEC, Brasília/DF, 1988

CABRERA, Blas; JAËN, Marta Jiménez. Quem são e que fazem os docentes? Sobre o “conhecimento” sociológico do professorado. Porto Alegre: *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n.4, p.190-214, 1991.

CAMPOS, R. Fátima . Construindo o professor competente: as determinações do campo do trabalho na reforma da formação de professores. In: *Reunião anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação [anais...]* Caxambu, 2002.

CASTRO, Cláudio de Moura. Onde está o desastre? *Em Aberto*, Brasília, v.8, nº 44, ano VIII, p.31-33 Brasília, out./dez. 1985.

DAMBISKI, Kátia Cristina, Trabalho e formação docentes: tendências no plano das políticas e da literatura especializada. Caxambu: 28ª. *Reunião Anual da ANDED*, 2005.

ENGUITA, M. Fernández. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, no.4, 1991

FRACALANZA, Paulo Sérgio. A gestão do ensino fundamental pelo governo do estado de São Paulo: uma análise do financiamento e dos indicadores sociais de educação (1980-1993). *Educação & sociedade*, São Paulo, vol.20, n.69, p. 92-118, 1999.

FRANCO, Maria Laura P. B., Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 74, p. 63-67, ago. 1990.

GADOTTI, Moacir. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos.

Revista da ADUSP, São Paulo, p.14-20, dez. 1996. Disponível em www.lppuerj.net/olped/conflictos. Acesso em: 15 de abril de 2010.

GENTILI, Pablo; SUÁREZ, Daniel. La conflictividad en América Latina. *OLPED/LPP*, Buenos Aires, oct.,2004. Disponível em: <http://campus.clacso.edu.ar> .Acesso em 17 de abril de 2010.

HADDAD, Sérgio. Os bancos multilaterais e as políticas educacionais no Brasil, in *As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Rede Brasil, 1998.

HYPOLITO, Álvaro L. Moreira. A natureza do trabalho docente. In *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas, Papirus, 1997.

MARTINS, Clélia. *O que é Política educacional*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.

MINAYO, Maria Cecília de S.. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 5ª.Ed. São Paulo: Hucitec Abrasco, 1998.

NEVES, Lucia Maria W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.

NORONHA, Maria Isabel Azevedo. Por um currículo como instrumento de qualidade social. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Uma análise Crítica*. São Paulo, p.11, 2009.

POULANTZAS Nicos . Poder político y las clases sociales en el Estado capitalista, Siglo XXI, México, 1977.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A educação e a inserção do Brasil na modernidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.84, p.63-82, fev., 1993

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo. Coordenação, Maria Inês Fini. São Paulo, SEE, 2008.*

_____. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: História.* Coordenação, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.

_____. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa.* Coordenação, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.

_____. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Matemática.* Coordenação, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.

_____. Comunicado SEE 22 mar. 1995. Diretrizes da política educacional para o período de dezembro de 1994 a dezembro de 1998. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 mar. 1995. Seção 1, p.08-10.

_____. *Cadernos do Professor: gestão do currículo na escola.* Coordenação, Maria Inês Fini; elaboração, Lino de Macedo, Maria Eliza Fini, Zuleika de Felice Murrie. São Paulo: SEE, Vol 2 e 3, 2008.

_____. *Revista São Paulo Faz Escola.* Edição Especial da proposta curricular. São Paulo: SEE/SP, 2008.

_____. *Resolução SE – 76, de 07 de Novembro de 2008.* Dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 08 Nov. Executivo I, p. 29, 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. Reformas educacionais: utopia, retórica e prática. In: GENTILI, Pablo (Org.) *Escola S.A.*, Brasília, p. 50-74, 1996.

SASS, Odair. Educação e psicologia social: uma perspectiva crítica. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.14, n.2, abr./jun, 2000.

SAVIANI, Nereide. Políticas Curriculares. Elementos para a discussão da estrutura e organização do currículo para a rede estadual de educação de São Paulo. *Revista Educação e Cidadania*, Campinas, v.8.n.1.p.29-36, 2009.

SHIROMA, Eneide Oto. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, Maria Célia Marcondes de (org.) *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SUÁREZ, Daniel; STUBRIN, F. *Los efectos pedagógicos de las reformas de los 90': descalificación docente y control tecnocrático*. Buenos Aires, Clacso, Noviembre, 2004. Disponível em: <<http://campus.clacso.edu.ar>> Acessado em 13 de Março de 2010.

SOUSA, Sandra M. Zákia Lian, A avaliação na organização do ensino em ciclos. *Revista de Educação*. São Paulo, n.13, p. 30-36, 2001.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica?: as estratégias do Banco Mundial. In: De TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADAD, S. (orgs). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

Apêndice A: Proposta Curricular do Estado de São Paulo (Compilação efetuada pela autora)

Documento 1 -“Base”

Apresenta os princípios e conceito da Proposta Curricular

- a escola que aprende
- currículo como espaço de cultura
- Currículo referido a competências
- Currículo que tem como prioridade a competência leitora e escritora.
- Currículo que articula as competências para aprender.
- Currículo contextualizado no mundo do trabalho

Foco em:

- Orientações para gestão do currículo na escola.
- Orientações para gestão da aprendizagem na sala de aula.

Documento 2 -“Cadernos do Gestor”

Entregues a todos os Professores Coordenadores das Escolas, Professores Coordenadores da Oficina Pedagógica, Vices-Diretores, Diretores, Supervisores de Ensino e Dirigente Regional de Ensino

- Apresenta a organização do trabalho dos especialistas responsáveis pela gestão do currículo na escola.

- Agenda cronograma, atividades e organização de recurso para o trabalho do diretor, do professor coordenador, do Professor Coordenador da Oficina Pedagógica e do Supervisor.

Documento 3 -“Cadernos do Professor”

- Propõe atividades docentes para todas as aulas, em todas as séries e disciplinas.

- Organização por bimestre com:

- Indicação clara das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, em cada tema ou tópico dos conteúdos.

- Organização das aulas.

- Material complementar a ser utilizado

- Propostas de avaliação.

- Projetos de recuperação paralela.

Documento 4 – Cadernos dos alunos

(apresentados somente no início do ano letivo 2009)

- Apresenta as aulas conforme o Caderno do Professor.

- exercícios, mapas, tabelas

- Textos complementares

- Indicadores Bibliográficos

- Dicas de Estudo

- revisão

Produtos e suporte para as ações

- 20 CDs com textos, imagens e áudio para apoio ao trabalho docente.

- *Videoproducers*” para orientação do trabalho docente, por bimestre/disciplina

- 1 “site” interativo e informativo.. <http://www.saopaulofazescola.sp.gov.br>

A área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias¹

Elaboração da proposta para a disciplina de Ciências: Júlio C.F. Lisboa; Maria Augusta Q.R. Pereira e Yassuko Housoume. Biologia: Ghislaine Trigo Silveira e M. Augusta Q.R. Pereira. Física: Mauricio Pietrocola e Yassuko Hosoume. Química: M. Eunice Marcondes e Hebe Ribeiro da Cruz Peixoto. Coordenação de Luis Carlos de Menezes

1. O que ensinar em Ciências, Biologia, Física e Química

| Competências gerais | | Habilidades gerais e específicas | |
|---------------------|--------------------|----------------------------------|---------------------|
| representar | ler e se expressar | registrar medidas | sistematizar da |
| comunicar-se | com textos, íco- | e observações | dos |
| conviver | nes, cifras, gráfi | descrever situa | elaborar relatórios |
| | cos, tabelas e | coes | participar de reu- |
| | fórmulas. | planejar e fazer | niões |
| | converter uma | entrevistas | argumentar |
| | linguagem | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | em outra | | trabalhar em gru- Pó |
| investigar e inter vir em situ- ações reais | formular questões realizar ob- ser- vações selecionar variá- veis estabelecer rela- ções | interpretar, propor e fazer ex- peri- mentos fazer e veri- ficar Hipóteses | diagno- sticar e enfrentar pro- blemas, in- dividu- almente ou em equipe |
| estabele- cer co- nexões e dar con- texto | relacionar in- for- mações e proces- sos com seus contextos e com diversas á- reas de conhecimento | identificar dimen- sões soci- ais, éti- cas e estéti- cas em ques- tões téc- nicas e cien- tíficas | analisar o papel da ciência e da tecnologia no presente e ao longo da História |

A Matemática e as áreas do conhecimento

Proposta elaborada por Carlos Eduardo de Souza Campos
Granja, Jose Luiz Pastore Mello, Nilson Jose Machado, Rogério Ferreira da
Fonseca, Ruy Cesar Pietropaolo e Walter Spinelli

O que ensinar: conteúdos fundamentais

Há quatro grandes blocos temáticos. Números; Geometria; Grandezas e medidas; Tratamento da Informação.

1. Números: “Tem por objetivo principal a ampliação da idéia do campo numérico por meio de situações significativas que problematizem essa necessidade” (Proposta de Matemática – p.45)

2. Geometria: Reconhecimento, representação e classificação das formas planas e espaciais

3. Grandezas e medidas: Aparecem para favorecer a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade “uma vez que suas conexões com os eixos de números e geometria se dão quase naturalmente”(Proposta de Matemática – p.46)

4. Desenvolvem as competências relacionadas ao eixo argumentação e decisão. Ensino Fundamental: Organização e análise de dados. Ensino Médio: estudo de matrizes; pesquisa estatística; estatística descritiva e de inferência estatística; estratégias de contagem e cálculo de probabilidade.

A área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Propostas elaboradas por - Arte: Geraldo de Oliveira Suzigan, Gisa Picosque, Mirian Celeste Ferreira Dias Martins e Sayonara Pereira. Educação Física: Adalberto dos Santos Souza, Jocimar Daolio, Luciana Venancio, Luiz Sanches Neto, Mauro Betti, Sergio Roberto Silveira. LEM – Inglês: Adrian Ranelli Weigel Borges, Alzira da Silva Shimoura, Livia de Araujo Donnini Rodrigues, Priscila Mayum Hayama e Sueli Salles Fidalgo. Língua Portuguesa: Debora Mallet Pezarin de Angelo, Eliane Aparecida de Aguiar, Jose Luis Marques Lopez Landeira e Joao Henrique Nogueira Mateos.

Em Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental, há o objetivo de apresentar o texto em situações de comunicação diversificadas, sendo proposto, para cada bimestre, um eixo de organização. Cada eixo tem o texto em uma dada situação como base para a organização dos estudos. Assim, em todos os anos do Ensino Fundamental II, serão estudados

- 1º bimestre: Tipologias e gêneros textuais
- 2º bimestre: Tipologias e gêneros textuais
- 3º bimestre: Texto, discurso e história
- 4º bimestre: Texto, discurso e história

No Ensino Médio, os conteúdos disciplinares foram organizados em quatro grandes campos de estudo:

Linguagem e Sociedade - Análise principalmente externa da língua e da literatura em sua dimensão social como instituições.

Leitura e expressão escrita - Estudo das características dos gêneros textuais desde um lugar de receptor e/ou produtor na materialidade escrita da linguagem verbal. Os gêneros textuais são concebidos como acontecimentos sociais em que interagem características específicas do gênero com elementos sociais e subjetivos.

Funcionamento da Língua - Análise principalmente interna da língua e da literatura como realidades (intersemióticas).

Produção e compreensão oral - Aspectos relacionados à produção e escuta do texto oral.

A área de Ciências Humanas e suas tecnologias

Autores das Propostas Curriculares. Filosofia: Adilton Luís Martins e Paulo Miceli. Geografia: Angela Corrêa da Silva, Jaime Tadeu Oliva, Raul Borges Guimarães, Regina Célia Bega dos Santos, Regina Célia Corrêa de Araújo e Sérgio Adas. História: Diego López Silva, Glaydson José da Silva, Mônica Lungov Bugelli, Paulo Miceli e Raquel dos Santos Funari

A aprendizagem da Geografia na educação básica, entendida como um processo de construção da espacialidade, deve considerar os seguintes objetivos:

- Desenvolver domínios de espacialidade e deslocar-se com autonomia.
- Reconhecer princípios e leis que regem os tempos da natureza e o tempo social do espaço geográfico.
- Diferenciar e estabelecer relações dos eventos geográficos em diferentes escalas.
- Elaborar, ler e interpretar mapas e cartas.
- Distinguir os diferentes aspectos que caracterizam a paisagem.
- Estabelecer múltiplas interações entre os conceitos de paisagem, lugar e território.
- Reconhecer-se, de forma crítica, como elemento pertencente ao e transformador do espaço geográfico.
- Utilizar os conhecimentos geográficos para agir de forma ética e solidária, promovendo a consciência ambiental e o respeito à igualdade e diversidade entre todos os povos, todas as culturas e todos os indivíduos.

Na disciplina de História os principais conceitos a serem vistos seriam:

No Ensino Fundamental: Tempo e Sociedade; História e Memória; História e Trabalho; Cultura e Sociedade.

No Ensino Médio: História e Diversidade; História e Trabalho; Cultura e Sociedade

Apêndice B: Termos e Relatórios de Visita da Supervisão e dos Professores de Coordenação da Oficina Pedagógica / ano 2008

13 de fevereiro de 2008 (o Planejamento escolar ocorreu nos dias 13, 14 e 15) Supervisora e ATPs de Arte e Ciências

-[...] Os professores assistiram ao vídeo “São Paulo Faz Escola” sobre o material apresentado e em seguida receberam a revista do professor e o jornal do aluno. Os materiais foram distribuídos aos professores que apresentaram sede nesta unidade escolar.[...] Discutiram ainda, aspectos sobre a organização do início das aulas, do uso do jornal do aluno. A direção colocou de forma clara e objetiva sobre a importância destes primeiros 42 dias de aula, voltados para o pontapé inicial de implantação do currículo.[...] Em seguida os professores formaram grupos por área para um estudo mais detalhado do material, demonstrando grande preocupação em se apropriar da proposta para bem executá-la. Alguns professores julgaram interessantes as atividades propostas no jornal, mas citaram que alguns alunos terão muitas dificuldades em desenvolvê-las.[...] Mencionei também que a Oficina Pedagógica está planejando uma Avaliação que será feita no final dos primeiros 42 dias de aula.

25 de fevereiro de 2008 – ATPs de Educação Especial e Arte

-[...] Durante o HTPC realizado pela diretora da unidade escolar, diversos assuntos foram discutidos. Cada professor estava com o seu jornal e com a revista do professor. Muitos professores disseram que estão utilizando o material e que gostaram do conteúdo apresentado e estão cientes da necessidade de estudar e preparar as aulas.[...] os professores expuseram as maiores dificuldades, uma delas é o fato do jornal apresentar as mesmas atividades para duas séries, o que, segundo eles, causa facilidade para as turmas mais avançadas e dificuldades para as turmas as quais ainda não viram os conteúdos propostos. Quanto ao fato de que as atividades pré-estabelecidas tolem a criatividade do professor, a que se acrescentar que, esta mesma criatividade deverá ser utilizada para a adequação das mesmas para as diversas turmas que se apresentam com suas diferenças e

peculiaridades próprias. Pude notar o empenho dos professores em fazer o melhor pra seus alunos...

26 de fevereiro de 2008 – Supervisora e ATP de Português.

- [...] Pude conversar com vários professores de diversas disciplinas, sobre o trabalho com o jornal, sua adequação, receptividade, dificuldades, etc. Todos elogiaram o material, no entanto, ressaltaram o grau de densidade no desenvolvimento das propostas [...] A professora de Arte relatou estar com dificuldade na execução de algumas atividades no Ensino Médio, devido ao fato de necessitarem de material específico e os alunos não trazerem o solicitado. Em matemática a dificuldade maior é o fato de cada atividade estar voltada para um conceito, exigindo do professor mais tempo que o planejado para possibilitar ao aluno condições de execução do proposto. Educação Física também traz um trabalho com o corpo humano, contrariando muitas vezes o desejo do aluno de estar em quadra com bola [...] Em Geografia, o problema principal, neste momento, é o conceito de espacialidade que o aluno de quinta série ainda não construiu, dificultando a execução de atividades envolvendo espaço e escala.[...] Segundo os professores com os quais conversei, as atividades trazem uma densidade no seu desenvolvimento, mas que não chega a comprometer sua execução, ao contrário, exige uma maior atenção para todas suas ações, não possibilitando ao professor nenhuma reflexão em seu fazer pedagógico.[...] Apesar das dificuldades relatadas, os professores estão tranquilos e dispostos, dando o melhor que podem para atingir os objetivos deste período de recuperação, mas estão preocupados com o tempo de aplicação e com uma possível avaliação após esse período de 42 dias.

04 de Março de 2008. ATP de arte

[...] as maiores dificuldades estão relacionadas à questão do tempo para a realização das atividades e à disciplina de Matemática, pois as questões necessitam de uma revisão bastante abrangente. [...] Conversei com a professora de Arte que apresentou algumas dificuldades na utilização do material no primeiro ano do ensino médio, por ser a linguagem de dança e

orientei que pedisse aos alunos para que tragam musicas que gostam e que criem suas danças para representar em sala de aula. [...] Em seguida visitei salas de aula. A primeira foi a 5ª série B com aula de Arte. A segunda foi a 5ª; série C, em aula de Geografia. Em ambas as salas os alunos estavam com o jornal aberto sobre a carteira e os professores conduzindo as atividades.

11 de Março de 2008 – ATPs de Matemática e Ciências

[...] Durante o HTPC a Diretora abordou o assunto do jornal e sobre a possível continuidade da distribuição desse tipo de material pela Secretaria da Educação. Nesse momento pedi a palavra esclarecendo que, até o momento, sabemos da produção e distribuição de um “caderno de orientações” que vem para os professores, e não para todos os alunos[...] Houve também a necessidade de esclarecimentos sobre o enfoque do material, em todas as disciplinas, no trabalho com as habilidades de leitura e escrita.

12 de Março de 2008 – ATP de Educação Física

[...] Havia solicitação da Professora de Educação Física para que eu fizesse uma visita a esta escola, a mesma estava enfrentando dificuldades em fazer a correção dos textos produzidos pelos alunos e também com a questão do tempo para repassar todo o conteúdo. Conversamos e pude orientá-la que as coisas devem acontecer sem atropelo e que neste momento não devemos perder o foco do trabalho com o jornal [...] Também tive a oportunidade de estar presenciando uma aula do 1º ano de EM e a professora estava trabalhando a aula de no. 07. [...] Esclareci que, para a continuidade do ano letivo, a escola não terá material escrito para os alunos e que somente os professores receberão um caderno de orientação.

18 de Março de 2008 – Supervisora e ATP de Língua Portuguesa

[...] Acompanhei alguns professores e a direção ao HTPC. Embora a vice-diretora estivesse com a pauta programada para a discussão dos dados relativos ao rendimento da escola no Saresp 2007, passou-me a

palavra para responder questionamentos referentes ao trabalho com o jornal e o momento atual da reestruturação curricular na rede estadual. Foi uma conversa bastante agradável sobre a perspectiva da leitura e da escrita no bojo das diversas disciplinas e nossa responsabilidade, enquanto profissionais da educação, no desenvolvimento holístico de nossos alunos. [...] Conversamos sobre a apresentação da proposta para a coordenação. A diretora relatou ainda, as dificuldades deste período devido às mudanças que estão ocorrendo, pois as coisas estão acontecendo de forma rápida e as respostas não estão prontas.

31 de Março de 2008 (primeiro dia de Planejamento/2008, após a recuperação intensiva) Supervisora e ATP de Educação Especial

- Os encontros de planejamento nos dia de hoje e amanhã têm como objetivo a implementação da nova proposta, que deverá nortear toda a ação pedagógica da escola, num movimento de “aprender a aprender” por parte de todos os envolvidos.[...] A coordenadora apresentou os fundamentos da Proposta curricular (DVD) e a supervisora também colocou a importância da proposta e ainda enfatizou as metas que devem ser alcançadas.[...] A coordenadora seguiu a pauta proposta no caderno do gestor e apenas realizou algumas adaptações. [...] Após a leitura da proposta curricular os professores elaboraram suas sínteses e apresentaram para os demais colegas. O questionamento mais freqüente é em relação ao tempo para a realização do conteúdo proposto. A coordenadora encerrou a reunião pedindo aos professores que pensassem sobre seu comprometimento para a aplicação desta nova proposta.

17 de Abril de 2008 – ATPs de Arte e Língua Portuguesa

[...] Primeiramente conversei com a coordenadora sobre a aplicação das provas. O coordenador estava realizando o levantamento dos alunos que faltaram nos dias anteriores e não realizaram a avaliação[...]. No intervalo conversei com a professora de Arte, comentei sobre o CD- Educação em Arte e que há a possibilidade de se trabalhar a próxima situação-aprendizagem. A professora disse que está trabalhando com os

cadernos e que não há problemas. [...] Na HTPC, os professores estavam corrigindo as avaliações, aplicadas nos dias anteriores (15 e 16 de Abril), do período de recuperação. O coordenador foi então aplicar a prova para os alunos que faltaram [...] Conversei também com a coordenadora, em relação à aplicação da proposta curricular e a utilização dos cadernos do professor e ela me disse que não há problemas, os professores estão utilizando o material. A professora de Biologia colocou a sua preocupação em relação ao conteúdo de primeiro e segundo ano do ensino médio e do conteúdo da quinta e sexta séries do ensino fundamental.[...] Chamou minha atenção a inscrição de muitas turmas, por um mesmo professor, nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, o que pode implicar negativamente na implementação da Proposta, por incompatibilidade de atividades. Do mesmo modo, segundo me foi dito, uma professora de Português tem solicitado muitas leituras complementares, do tipo lista de vestibular, com previsão de datas para devolutivas com resenhas (ou resumos), o que já ocasionou reclamação de pais. Sugiro verificação, junto à professora, dos objetivos dessas leituras, bem como compatibilização delas com as atividades/temas propostas nesse momento, na turma em questão, para que não haja conflito entre Proposta Oficial da SEE e conteúdos efetivamente trabalhados pelo professor. [...] A Internet discada é muito morosa e, muitas vezes, não possibilita o acesso aos materiais disponibilizados na rede, como o dossiê do aquecimento global, proposto para o trabalho nas disciplinas de Apoio Curricular, gerando não apenas desconforto, mas também insegurança aos professores, no desenrolar das atividades, e, certamente, será um dificultador neste período de avaliação com o trabalho do jornal, cuja pesquisa está no ar e os professores têm prazo para responder (até 30/04). No entanto, apesar das limitações desses recursos, professores e equipe gestora tem se esforçado para implementar a proposta a contento, acolhendo as proposições da SEE e desencadeando as ações necessárias na U.E.. .

22 de Abril de 2008 – Supervisora

[...] Conversei com os coordenadores sobre a videoconferência realizada na semana passada sobre a divulgação das avaliações na internet.

[...] Em uma das salas pude presenciar a professora utilizando o caderno do professor. No período da manhã, eu conversei bastante com a coordenadora sobre os projetos realizados nos anos anteriores e sobre a implantação da proposta, onde percebemos que não há resistências e que os professores estão utilizando o material proposto pela Secretaria, apenas sentem necessidade de ferramentas de apoio, como xerox, principalmente em Inglês, cujos textos selecionados são relativamente grandes, dificultando, por vezes, atividades de leitura, já que sem o texto impresso, o professor consome muito tempo para repassá-lo na lousa.[...] A professora de Matemática colocou que o material está bom, mas que para a quinta série o tempo não está adequado, pois há necessidade de um estudo mais aprofundado dos conceitos apresentados. De forma geral, os professores disseram estar preocupados com o tempo, pois percebem que os números de aulas propostos nos cadernos do professor, é inferior ao necessário para fazer um trabalho de qualidade com as estratégias e os conteúdos selecionados nos referidos cadernos. [...]

13 de Maio de 2008 – ATPs de Matemática e Língua Portuguesa

[...] a Professora de Língua Portuguesa fez várias observações em relação à proposta curricular, questionando a falta do material. Relatou que há muitos aspectos positivos, mas que também há uma série de adequações que devem ser realizadas. Relatou que os conteúdos se apresentam de forma superficial e que não há um aprofundamento no estudo da gramática. Sugerimos que além de colocar as questões para nós, os professores participem do “Fale Conosco” e coloquem as reclamações e as sugestões. Percebemos que a professora está realmente trabalhando a proposta, pois suas argumentações se apresentam com propriedade [...] A seguir conversamos com outros professores de Português que queriam dirimir dúvidas didático/pedagógicas. Aproveito este instrumento para parabenizar a postura desses professores: apresentam prática condizente com as teorias discursivas atuais, concernentes as adotadas pela Proposta Curricular em fase implementar.

21 de Maio de 2008 – Supervisora (Conselho de série – 1º.bimestre)

[...] Conversamos um pouco sobre a implementação da Proposta, a necessidade de adequação de recursos materiais, de planejamento anterior, de registro do desenvolvimento das atividades, relatando possíveis dificultadores, necessidade de adequações posteriores, etc.[...] Ao abrir a palavra, uma das professoras de Língua Portuguesa presente falou de seu descontentamento com os cadernos do professor, que, a seu ver, estão muito empobrecidos de conteúdos e numa abordagem superficial. Ao longo da conversa fica claro, porém, é que a professora, na verdade, está com dificuldade para preparar-se para o que está proposto, uma vez que demanda tempo de preparação e execução, quase sempre, menos que o previsto pelo próprio material [...] A professora de Inglês presente falou de sua preocupação com os resultados, pois embora se cobre da escola a qualidade, o que resulta são sempre números que, em sua frieza, nem sempre há caminhos adequados para justificativas do resultado obtido e intervenções possíveis a serem aplicadas. [...] Solicitei um conjunto de provas aplicadas como avaliação dos primeiros quarenta e dois dias de aula, para verificar se os critérios de correção de redação foram devidamente aplicados.

03 de Junho de 2008 – ATP de Arte

[...] O Coordenador organizou uma planilha, uma por série, onde o professor deveria registrar o conteúdo que foi trabalhado na série até o dia 29/05 e se o conteúdo do caderno do professor do primeiro bimestre foi realizado ou não. Registrar o que ficou faltando e quantas aulas serão necessárias para que este possa concluir o caderno. [...] no HTPC os professores realizaram o preenchimento desta planilha e também conversaram sobre o que estava faltando e sobre o tempo previsto para encerrar o conteúdo do primeiro bimestre.

10 de Junho de 2008 – Supervisora e ATP de Matemática

[...] Participamos do HTPC, que estavam presentes sete professores de várias disciplinas, comentaram a questão das notas bimestrais comparando com as notas da prova do jornal. [...] Sugerimos que as

comparações necessárias sejam feitas de bimestre para bimestre e, a nota da prova do jornal comparada com a nota da prova unificada que será feita pela Diretoria de Ensino para termos uma visão mais rigorosa dos dados.[...] A professora de Geografia estava nervosa com o conteúdo da sétima série do segundo bimestre, onde relatou que o conteúdo de geografia abrange o conteúdo de química e biologia[...] A professora de educação física relatou que teve dificuldades em encontrar alguns filmes que estavam citados no caderno do primeiro bimestre.[...] Alguns professores colocaram que os conteúdos e os objetivos da proposta pedagógica da escola devem ser adequados à nova proposta, pois se há necessidade de se ter um currículo único, a proposta pedagógica da escola deve acompanhá-lo.

19 de Junho de 2008 – ATPs de Arte, Matemática e Ciências

[...] Conversamos principalmente sobre a Nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo. Achamos muito interessante a planilha criada pela escola para acompanhamento dos cadernos do professor, sendo uma tabela em que cada linha estavam as séries e as colunas nomeadas com as situações de aprendizagem, que deveria ser preenchida com as siglas APL (atendeu plenamente), A (atendeu), NA (não atendeu) e AP (atendido parcialmente), podendo assim verificar o andamento dos professores com as atividades da Nova Proposta [...] A pauta da reunião era sobre os assuntos do caderno do gestor 2, mas com a nossa presença o assunto principal foi a implementação da Nova Proposta Curricular. Todos os professores presentes argumentaram que estão seguindo as atividades propostas do Caderno do Professor, porém reclamaram da insuficiência de tempo, ou seja, ainda estão desenvolvendo as atividades do primeiro caderno. Dissemos aos professores para que ficassem menos ansiosos, pois a maioria dos professores de outras escolas está passando pelo mesmo problema.[...] Orientamos também sobre algumas diretrizes da Nova Proposta Curricular, sobre as exigências do SA-RESP, como também sobre a Prova Unificada, ação da Diretoria de Ensino, a ser aplicada nos dias 07 e 08 de Julho, esclarecendo muitas questões.

29 de Julho de 2008 (reunião de replanejamento)- Supervisora e ATP de História

[...] os professores do Ensino Médio se agruparam em outra sala para preencherem as ficha 6: Avaliação do professor sobre a aplicação dos cadernos do professor do primeiro e segundo bimestres (anexo I) e em conjunto preencher as fichas de quantas situações de aprendizagem foram desenvolvidas na escola.[...] O professor de História detectou que o caderno do 2º. Bimestre do 1º. Ano do Ensino Médio contempla os conteúdos do 1º. Bimestre, e conclui que os cadernos não estão de acordo com a proposta, pois segundo a proposta os conteúdos a serem trabalhados no 2º. Bimestre seriam outros. O ATP de História esclareceu que o professor tem razão, mas os conteúdos devem ser trabalhados de acordo com o caderno, devido os conteúdos serem muito extensos e que em um bimestre seria insuficiente abordar todos os assuntos referentes ao 1º. Bimestre, e sendo assim seria necessário fazer um replanejamento de acordo com os cadernos do professor.

30 de Julho de 2008 (reunião de replanejamento) – ATP do Programa Escola da Família

A ATP faz menção a uma ficha de avaliação constante do Caderno do Gestor vol.2, (anexo I)

[...] Aproveitei para realizar um levantamento estatístico da ficha de avaliação individual. Apenas um professor da escola não respondeu ao questionário.

Em relação às respostas pude perceber que:

Questão 1 – 99% respondeu que utilizou o caderno do professor em suas aulas.

Questão 2 – 99% respondeu que o conteúdos previstos no caderno do professor foram contemplados parcialmente.

Questão 3 – 88% respondeu que, em parte, as situações de aprendizagem apresentadas no caderno do professor foram interessantes, conseguindo despertar o interesse dos alunos.

Questão 4 – 82% respondeu que, parcialmente as situações de aprendizagem apresentadas no caderno do professor foram adequadas para que os alunos pudessem desenvolver as habilidades e competências previstas para a série, bimestre e disciplina.

Questão 5 – 60% respondeu que os instrumentos de avaliação propostos no caderno do Professor foram aplicados parcialmente.

18% respondeu totalmente aplicados e

22% respondeu que não foram aplicados

Questão 6 – 50% respondeu que pode diversificar suas estratégias de avaliação utilizando o caderno do professor como instrumento.

20% que pode usar os resultados da avaliação como diagnóstico para recuperação contínua

20% que aprendeu um pouco mais sobre elaborar instrumentos de avaliação.

10% respondeu que não aplicou os instrumentos de avaliação propostos no Caderno do Professor.

Questão 7 – Com relação à aplicação das propostas de recuperação contínua constante no Caderno do Professor.

50% respondeu que foram aplicadas, mas não ajudaram os alunos a superar os problemas de aprendizagem.

50% respondeu que não foram aplicadas.

Questão 8 – 90% respondeu que o nível de satisfação com a Proposta é de Média a Alta.

10% respondeu o nível de satisfação 0 (zero)

Questão 9 – 80% respondeu que houve um grau de dificuldade muito alto em relação aos aspectos apontados.

Questão 10 – 70% respondeu que os conteúdos são muito amplos para serem abordados em pouco tempo.

30% não respondeu

Questão 11 - 99% respondeu que reconhecem as vantagens do uso sistemático do caderno para sua formação e atuação e na aprendizagem dos alunos.

Questão 12 - 99% respondeu que há falta de material e muito pouco tempo para muito conteúdo. [...]

Durante o 2º. Semestre de 2008, apesar de a escola ter recebido visitas da Supervisão, não há menções específicas nos registros sobre a implantação ou aplicação da Proposta Pedagógica, a não ser sobre o curso “A rede aprende com a Rede”, no dia 09/09 “...em sua sala, o coordenador comentou sobre a importância do curso ‘A rede aprende com a rede’ que irá dar suporte ao trabalho docente pois irá trabalhar o conteúdo específico de cada disciplina, o que foge do alcance dos coordenadores...”

Apêndice C :Termos e Relatórios de Visita da Supervisão e dos Professores de Coordenação da Oficina Pedagógica/ ano 2009

13 de Fevereiro de 2009 - (planejamento em 11, 12 e 13/02) Supervisora e PCOP de Alfabetização

[...] A Diretora disse que os subsídios para o Planejamento foram utilizados em parte, devido ao pouco tempo para seu estudo, já que o mesmo foi disponibilizado com atraso pela SEE. [...]

20 de Fevereiro de 2009 – PCOPs de Língua Inglesa e Geografia

[...] A visita foi para acompanhar o início do ano letivo juntamente com as sugestões propostas para a primeira semana de aula, que deverá ser uma semana diagnóstica. As avaliações diagnosticas ainda não ocorreram justamente por não ter o quadro completo de professores. Segundo o coordenador, elas ocorrerão o mais rápido possível. Como nem todos os cadernos/disciplinas dos alunos chegaram, os professores utilizaram o material sugerido no Site “São Paulo faz escola. [...] Algumas reivindicações foram feitas, como pedidos de CDs relacionados aos conteúdos dos cadernos do professor e gravuras para as aulas de Arte. [...]”.

26 de Fevereiro de 2009 – PCOP de Língua Portuguesa

[...] Conversei bastante com os professores coordenadores, bem como com a vice-diretora, explanando sobre a proposta de trabalho para o ano 2009. Disse que durante o primeiro semestre farei acompanhamento pedagógico junto à escola, com visitas quinzenais, auxiliando os professores coordenadores. De tudo que vimos, nosso principal desafio é reverter o alto índice de reprovação da escola em 2008, com 32%. Pedi aos coordenadores

que conversem com os professores e levantem dados que expliquem esse índice e tracem um plano de ação, para que em 2009 esse índice seja diminuído. Também é bastante alto o número de retenções parciais, com cerca de 50 alunos em dependência, principalmente do 1º para o 2º ano do Ensino Médio. [...] Analisando, com a coordenadora, a implementação da Proposta Curricular, em 2008, chegou-se à conclusão que foi uma verdadeira batalha com os professores e muitos não seguiram as atividades previstas nos cadernos, o que sugere que, com o caderno do aluno em 2009, será preciso um acompanhamento mais de perto dos professores, auxiliando-os a observar as mudanças e convertê-las em benefícios didáticos para professores e alunos.[...] A Diretora também falou das dificuldades e avanços, comentou da importância de o professor ter conhecimento da proposta pedagógica que, este ano, já é Currículo Oficial da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.[...] havia um acúmulo de trabalho e a vice-diretora necessitou estar na secretaria, acumulando funções, já que a agente de organização escolar estava afastada do trabalho desses dias. Percebemos que a escola ficou prejudicada na parte pedagógica pela falta de funcionários.

03 de Março de 2009 – PCOP de Matemática

[...] a equipe demonstrou também expectativa com relação aos resultados do SARESP/IDESP de 2008, para que sirvam de parâmetro de análise do trabalho escolar. [...] ficou evidente a boa aceitação das orientações curriculares da SEE e do uso dos materiais fornecidos, havendo, nesse momento, uma expectativa pela chegada do total dos cadernos dos alunos, para que o trabalho proposto seja mais bem desenvolvido com esse suporte.

05 de Março de 2009 – Coordenadora da Oficina Pedagógica

[...] Durante a HTPC os professores estudaram sobre as perspectivas da SE para 2009, caderno do Gestor – volume 1. Nos primeiros dias de aulas os professores trabalharam as Práticas Pedagógicas, e também as atividades diagnósticas encontradas no caderno do gestor, para as

disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, que será através deste diagnóstico a formação das turmas para a Recuperação Paralela. [...] o que ficará falho será o plano de algumas disciplinas, como, por exemplo, Matemática, que ainda falta material do aluno.[...] O professor de Física comentou que as práticas pedagógicas desta disciplina eram muito fáceis, que os alunos resolveram rapidamente.[...] Houve algumas solicitações como: a professora de Arte me pediu que verificasse sobre um material de apoio (CDs); a professora de Língua Portuguesa pediu para que eu verificasse sobre a falta do material do “Apoio do Saber”. Em relação aos Cadernos dos Alunos está faltando: matemática da sétima série, oitava e primeiro colegial e, o caderno de História do terceiro colegial. Há uma 6ª série que não chegou nenhum caderno e nem está provisionado. [...] sobre o projeto DAC (disciplinas de apoio curricular) a PC nos informou que não conseguiu assistir a primeira videoconferência de apresentação do curso, por motivo de problemas de acesso à internet e que o Kit multimídia da sala dos professores não está funcionando.[...] O professor de Geografia me apresentou alguns erros no caderno dos alunos que não estavam nas erratas do site “São Paulo faz escola”.

12 de Março de 2009 – Supervisão

[...] Analisamos o Plano de Gestão, e a validação deste é de 2007/2010, sugerimos que a equipe escolar faça uma retomada no documento para que possa incorporar o Currículo do Estado de São Paulo, iniciado em 2008. [...] antes do HTPC, conversei com a professora de Geografia e ela me falou sobre alguns erros que há no caderno de geografia do aluno e sobre um CD de um vídeo que é pedido no caderno e que ainda não está disponível ao professor.

16 de Março de 2009 – PCOPs de Filosofia e de Matemática

[...] O professor coordenador nos relatou sobre os cadernos de Filosofia. Segundo suas informações, de maneira geral, está na metade dos conteúdos das três séries da disciplina; acompanha as atividades dos alunos,

procurando dar vistos nos cadernos e dando nota de participação. [...] o grupo dialogou sobre uma série de ações que a escola deve propor e fazer cumprir, sobre a falta de professores que estão em licença, a falta dos professores sem avisos, falta de valores éticos e sociais dos alunos. Há um consenso entre todos os professores de que o currículo, os cadernos e os projetos têm tudo para dar certo, se houver compromisso e responsabilidade por parte de toda a equipe escolar. [...] no intervalo entre os HTPCs, solicitei à PC que pegasse alguns cadernos e apostilas de alguns alunos para que nós duas pudessemos analisar e verificar se os alunos estão acompanhando adequadamente o que o professor sugere em sala de aula. Pela análise dos cadernos pudemos perceber que todos os professores estão trabalhando de acordo com o Currículo do Estado de São Paulo, adequando as atividades de acordo com a necessidade dos alunos. Os professores, neste aspecto, tendo em vista o currículo, apesar das dificuldades, estão trabalhando de acordo com o esperado. [...] A PC perguntou a todos os professores quais situações de aprendizagem do caderno do professor que eles já teriam desenvolvido com seus alunos. Com esta ação a PC consegue ter uma visão ampla do que cada série e turma estão aprendendo.

20 de Março de 2009 – Supervisão, PCOPs de Língua Portuguesa e Matemática

...No HTPC foram tratados assuntos como desenvolvimento do currículo, subsidiado pelo caderno do aluno, e os professores de Biologia e Matemática enfatizaram algumas incorreções e descompassos entre o caderno do professor e o caderno do aluno, provocando algumas situações de aprendizagem equivocadas por trazerem seqüências de atividades ou exemplos dúbios [...] Os professores estão utilizando os cadernos do aluno e também o livro didático e, segundo alguns disseram, essa associação traz em si, por vezes, um dificultador, já que nem sempre o livro didático adotado pela escola tem a mesma linha didático-metodológica e, até mesmo conceitual, do currículo oficial do estado de São Paulo, obrigando o professor a fazer um verdadeiro malabarismo para conciliar esses instrumentos, em benefício da aprendizagem. [...] a sala de informática está desativada, pois os equipamentos são obsoletos e necessitam de reparos. [...] No

desenvolvimento do currículo, a coordenadora relatou como dificuldade dos professores no uso dos cadernos do aluno a falta de tempo para estudo, ao que indicamos que fosse disponibilizado um espaço nas HTPCs com esse fim.[...] durante a reunião o professor coordenador juntamente com alguns professores fizeram um estudo do SARESP que se encontra no caderno do gestor volume 1/2009.[...] Conversando com as professoras de Matemática elas nos falaram da grande dificuldade dos alunos da quinta série que ainda não sabem a tabuada e apresentam muitas dificuldades em resolver as quatro operações fundamentais.[...] Atendendo a solicitação da coordenação, a PCOP de Matemática atendeu a professora de Matemática esclarecendo algumas dúvidas que surgiram nos Cadernos do professor. As dúvidas eram poucas, sendo a compreensão de alguns conteúdos da 7ª série. A professora tem conhecimento do assunto, mas como no caderno existem situações de aprendizagens com outras metodologias para conduzir o conteúdo, acabam surgindo dúvidas.

26 de Março de 2009 – PCOPs de Língua Portuguesa e Ed. Física

[...] O coordenador precisa acompanhar o desenvolvimento do currículo de cada professor, antecipar necessidades, acolher e minimizar as ansiedades e promover uma comunidade aprendente, inserindo no processo de aprendizagem não só os alunos como também os professores. [...] Achei interessante a planilha que os professores preencheram para o 1º bimestre, contendo: (seqüências dos cadernos da SEE) disciplina, série, total de aulas, temas a serem abordados, aulas previstas, recursos metodológicos, recursos materiais e uma parte contendo observações para que caso o mesmo não consiga desenvolver todo conteúdo tenha espaço para justificar. Isso se torna interessante para que o PC possa acompanhar com maior facilidade e providenciar os materiais requisitados com antecedência. [...] Há uma preocupação com os alunos que não se encontram alfabetizados, prejudicando o andamento da sala.

31 de Março de 2009 – PCOP de Filosofia/Sociologia

...Conversei com a Professora da disciplina de Filosofia discutindo algumas erratas do caderno que não foram apresentadas no site da educação. Ela me falou sobre a dificuldade de trabalhar com a terceira série do Ensino Médio, sendo que um dos motivos é a quantidade de aulas por semana: uma. Realmente essa mudança na grade curricular dificultou o trabalho do professor de Filosofia nas salas. [...] O professor Coordenador levantou a questão sobre o retorno de atividades que precisam ser dadas aos alunos a fim de que conheçam suas dificuldades e os professores possam promover estratégias que melhorem o andamento de aprendizagem desses estudantes. Foi levantada essa questão em razão de que foram encontradas, em alguns armários de professores, umas quantidades significativas de atividades que não foram desenvolvidas com os alunos.

02 de Abril de 2009 – PCOPs de Geografia e Ed. Física.

...Iniciamos uma conversa sobre o desempenho da U.E. no I-DESP e percebemos que o grupo de professores está bastante empenhado apesar de se apresentar aborrecido quanto ao Bônus recebido. Eles não acham justa a maneira como foram avaliados, pois esta escola apresentava alguns problemas principalmente com respeito à evasão que, de certa maneira, acaba prejudicando a evolução no cumprimento das metas.

16 de Abril de 2009 – Supervisão

...Todos sabemos que a escola necessita de maior quantidade de funcionários, havendo, muitas vezes, desvio de função [...] A atribuição das aulas de recuperação do Ensino Fundamental II deverá acontecer assim que forem homologadas, o mais tardar na próxima semana. Quanto ao ensino médio não foram criadas as turmas pois há dificuldade com respeito ao espaço físico e, se colocadas aos sábados, o fator é transporte.[...] O professor da disciplina de Química expressou sua preocupação quanto alguns experimentos do caderno do aluno, e também com relação às atividades

deste mesmo caderno, onde algumas perguntas, ditas “abertas”, têm dificultado a correção e finalização para os alunos.[...] Finalizando a reunião, a Professora Coordenadora expressou a preocupação de que alguns alunos da 1ª. Série do EM poderiam estar não alfabetizados. Os alunos eram três, conversei com eles e somente um deles não está alfabetizado se encontrando entre os níveis silábico e silábico-alfabético.[...] Entre um período e outro conversei com alguns alunos que disseram que estão gostando do caderno e das atividades, sendo mais fácil de acompanhar as atividades, sem necessitar copiar tantos textos ou mesmo do professor ter que entregar tanta coisa mimeografada ou xerocada.

24 de Abril de 2009 – PCOP de Matemática.

...Neste dia, os alunos fizeram o Provão-Bimestral. A prova de hoje era composta das disciplinas: Língua Portuguesa, História, Geografia, Filosofia e Inglês. Terminará na segunda-feira com as disciplinas: Matemática, Física, Química e Biologia.

05 de Maio de 2009 – PCOP de Língua Portuguesa

...pude olhar algumas cadernetas de registro do professor e alguns pontos chamaram a atenção, como o registro de uma mesma atividade para séries diferentes, em Leitura e Produção de Texto: como não havia nenhum tipo de observação, embora a atividade fosse a mesma, houve uma variação na abordagem do aprofundamento, já que séries diferentes pressupõe níveis de aquisição de leitura e de escrita diferentes? Não foi possível perceber pelos apontamentos, a organização dos conteúdos nas modalidades organizativas, como foi orientado em mais de uma oportunidade, em reuniões de professores coordenadores: seqüência didática, atividade permanente e projeto. Muitos professores registram os conteúdos de maneira muito genérica, não sendo possível perceber o currículo por meio dos apontamentos: apenas meia dúzia de cadernetas trazia referencia às situações de aprendizagem dos cadernos dos professores e registro do trabalho como caderno do aluno. Se não há registro, o caderno do aluno não estaria sendo utilizado pela

maioria dos professores? Não há registro de utilização do livro didático. A caderneta precisa ser um pouco mais clara, já que ela deve trazer o histórico do que foi, efetivamente, trabalhado em sala de aula, por isso sugiro que os coordenadores conversem com os professores sobre isso.

12 de Maio de 2009 – PCOPs de Matemática, Física e História.

...Conversamos com a diretora que também se fez presente nesta HTPC, nos informando sobre as ótimas práticas pedagógicas e postura de muitos professores de sua escola. Partindo desta observação, a Diretora constata mais comprometimento e interesse dos alunos nas disciplinas dos professores comprometidos com o Currículo da Secretaria de Estado da Educação. Quanto aos Cadernos do Professor e Cadernos dos Alunos, ela pediu cuidado na utilização pois já houve a identificação de divergências entre eles, além de alguns erros ortográficos e conceituais. [...] Comparecemos na sala de aula da Professora de Matemática. Observei que os alunos não estavam usando o caderno do aluno, e que as atividades propostas a eles, naquele momento, se tratavam de funções de 1º grau, assunto previsto para o 2º bimestre. O assunto previsto para o 2º bimestre, realmente é Função de 1º grau, mas antes de chegar direto neste assunto é trabalhada a introdução deste conteúdo que seriam as grandezas diretamente e inversamente proporcionais, para trabalhar a relação entre duas grandezas. Espero que a professores possa compartilhar com os alunos estes itens do Bimestre quando o caderno chegar nas mãos dos alunos, lembrando que a Oficina pedagógica estará se organizando para fazer uma possível Prova Unificada no final do 1º semestre, que prevê competências e habilidades retiradas do caderno do aluno.

19 de Maio de 2009 – PCOPs de Química, Arte e Educação Física

...durante a HTPC os professores tiveram conhecimento do material de Recuperação Paralela. Orientamos os professores presentes que

o caderno de aluno é exclusivamente dele, podendo o aluno responder no próprio caderno. Neste tempo de organização de material solicitei ao PC que trouxesse alguns cadernos dos alunos para analisarmos os conteúdos desenvolvidos pelos professores. Analisamos alguns cadernos dos alunos de 1º e 3º anos do Ensino Médio e constatamos que a disciplina de Química está de acordo com o Currículo da Secretaria. No final da reunião a pedido do PC, os professores relataram como foi o procedimento com o material do Currículo durante o 1º Bimestre. Todos os professores apontaram pontos positivos e negativos. Positivos: existem situações de aprendizagem bem diversificadas e interativas. Negativo: é o tempo, sendo quase impossível vencer todos os conteúdos, no qual algumas turmas apresentam muitas defasagens, cabendo aos professores fazerem algumas retomadas e adaptações para alcançar seus objetivos. Mesmo com esses empecilhos do tempo e defasagens dos alunos, os professores, no geral, estão bem estruturados e conscientes, sendo que em alguns momentos fazem adaptações em alguns conteúdos que, em suas visões, seria quase impossível trabalhar da maneira sugerida, sendo o caso de Educação Física e Arte.[...] Enquanto a coordenadora passava nas salas de aulas tratando da distribuição dos cadernos do segundo bimestre, conversamos com dois professores de Matemática sobre o andamento do caderno do 1º bimestre de Matemática. Os mesmos afirmaram que estão terminando. Segundo um dos professores, os alunos da 8ª.série C têm muita defasagem na aprendizagem, logo é sempre necessário revisar conteúdos anteriores.

02 de Junho de 2009 – Supervisão e PCOPs de Ciências e Química

[...] Problemas enfrentados no momento pela escola: tem ocorrido uma grande falta de professores devido à licenças saúde ou motivos particulares, sendo que alguns faltam sistematicamente. A escola tem procurado substituir os ausentes por professores eventuais na mesma área, que procuram suprir da melhor forma a ausência dos professores, porém a constância dessa situação tem causado um certo desgaste nos alunos e prejuízos para o desenvolvimento do currículo....[...] Ainda não chegaram todos os cadernos do segundo bimestre de algumas disciplinas porém,

conversando com os professores, pude perceber que estão utilizando o material de 2008.[...] Aproveitei para perguntar sobre o andamento dos cadernos, se estão utilizando, se têm alguma dúvida, se estão complementando com algum outro material de apoio, enfim, se estão gostando. Segundo o que me relataram, os cadernos possuem pontos positivos e negativos, De maneira geral, no aspecto positivo, falaram sobre a praticidade da utilização dos cadernos, na qual diminuiu o uso da lousa; as figuras, as fotos e os gráficos também foram destacados como pontos positivos pois é um facilitador; alguns exercícios e textos também foram elogiados por alguns professores. No aspecto negativo, é de comum acordo que as aulas previstas nas determinadas situações de aprendizagem não são suficientes para trabalhar em sala de aula; algumas situações de aprendizagem estão acima da realidade do nível de aprendizagem dos alunos, por isso, em muitos conteúdos é preciso retomar pré-requisitos fundamentais para o andamento da matéria. Essas dificuldades realmente são problemáticas contempladas por grande parte dos professores.

18 de Junho de 2009 – Equipe da Diretoria de Ensino composta pelos PCOPs das diversas disciplinas e Supervisão

*...A equipe de atendimento ao currículo da Oficina Pedagógica esteve na U.E. para auxiliá-los a identificar e compreender suas principais dificuldades, em busca de soluções possíveis que minimizem os impactos negativos no desenvolvimento didático-pedagógico da Unidade escolar.[...] Para cada problemática levantada um conjunto de ações foi sendo indicado (resgate da versão preliminar do Caderno do Gestor 1, de 2008.[...] A coordenadora também comentou sobre a sua posição a respeito da prova unificada, ela não deixou os professores analisarem as provas, considerando que é uma avaliação externa os professores também deveriam ser surpreendidos para que os resultados também tenham uma boa aparência.[...] pedimos aos professores o plano de ensino do 2º bimestre e as cadernetas para análise do andamento dos conteúdos do 1º bimestre...[...]*Também foi discutido sobre a devolutiva da análise das provas dos professores. A PCOP, antes de passar as devolutivas, explicou que as análises foram feitas de

maneira geral, isto é, cada PCOP, de sua disciplina, analisando as provas enviadas pelas escolas, pontuou os aspectos positivos e negativos e relatou em sua devolutiva, suas observações.

28 de Julho de 2009 – Dia de análise do SARESP/2008 pela escola - PCOPs de Língua Inglesa e Filosofia/Sociologia

Estivemos na escola para acompanhar as atividades do Dia do SARESP na Escola. A abertura foi feita pela Diretora que delineou a pauta do dia mostrando também os cadernos que seriam usados durante os trabalhos. A pauta seguiu as orientações recebidas na última reunião de Diretores e Coordenadores[...] a transmissão da videoconferência foi assistida com problemas no áudio e vídeo, impossibilitando a clareza do que se estava sendo passado...[...] De maneira geral, foi tratado sobre as matrizes de referência e os níveis de proficiência.[...] Discutiu-se sobre a cobrança dos bons resultados no SARESP por parte da Secretaria da Educação. Alguns professores criticam essa cobrança em razão do atraso dos materiais que auxiliam os professores nas aulas.

18 de Agosto de 2009 – Supervisão e PCOP de Educação Física

...Verificamos que na Pauta da Reunião não havia o assunto “Curso a Rede aprende com a Rede/2009”, pedimos licença ao PC para orientarmos os professores presentes sobre a realização da pré-inscrição que irá até o dia 21 de Agosto.[...] Aproveitando a presença da PCOP de Ed Física, o Professor comentou sobre a luta de Boxe que está presente no Currículo Oficial, alegando que é incoerente trabalhar com os alunos essa luta devido ao incentivo à violência e as conseqüências de seqüelas futuras por causa dos socos na cabeça. A PCOP disse-lhe que esta é uma luta que não pode deixar de trabalhar por estar presente no currículo oficial.[...] A PC falou com os professores sobre o desempenho dos alunos na Prova Unificada elaborada pela Oficina Pedagógica. O resultado, na maioria das disciplinas, foi insatisfatório, tendo uma porcentagem de acertos acima de 50% somente

as disciplinas de Sociologia e Inglês.[...] No final da reunião os gestores comentaram sobre a falta de professores existentes na escola.

28 de Agosto de 2009 – PCOPs de Física e Química

...Conversamos com a professora que leciona Física e Química sobre as dificuldades encontradas no desenvolvimento das situações de aprendizagens do caderno do aluno. A mesma disse que a maior dificuldade é a execução das experiências, pois a escola não tem laboratório e alguns materiais são difíceis de encontrar ou até mesmo de manusear em sala de aula.

01 de Setembro de 2009 – Supervisão e PCOPs de Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Filosofia

Nossa visita é de acompanhamento pedagógico devido ao baixo desempenho da escola na prova Saesp 2008.[...] Em relação ao curso “A rede aprende com a rede” foi avisado sobre a prorrogação da pré-inscrição a alguns professores já se inscreveram [...] Solicitamos à Coordenadora alguns cadernos dos alunos, sendo um de cada série, para observação do desenvolvimento das atividades relacionadas aos conteúdos do currículo. A mesma nos atendeu prontamente e nos informou que já faz três meses que os alunos do período da manhã estão sem professor de Física.[...] a PCOP de Inglês conversou com a Professora que atua nas 5as, 6as e 7as séries e pode constatar, por meio dos cadernos dos alunos que ela mostrou, que as situações de aprendizagem estão sendo desenvolvidas adequadamente e que a professora, por meio de correção na lousa, possibilita aos alunos a verificação e auto-correção. Nas quintas séries foi trabalhada a origem da língua, quando foi introduzido o uso de dicionário que, segundo a professora, o número insuficiente de exemplares dificulta o trabalho.[...] A PCOP de Língua Portuguesa olhou alguns cadernos de alunos do período da manhã que haviam sido recolhidos para esse fim. Pode observar que há presença de cópia de texto expositivo do caderno do professor desnecessariamente, bastava a explicação dialogada. Há questões com respostas equivocadas num caderno, sem correção, mas com visto do professor, o que pode levar o aluno a deduções errôneas de alguns conteúdos. Também constatou registro de história da literatura, de ma-

neira linear, contrariando a proposta do currículo do ensino médio que propõe o ensino da literatura a partir de textos, numa perspectiva espiral e comparativa, relativizando, dialogicamente, através do tempo. O maior dificultador apontado pelos professores é a não linearidade no ensino de literatura, no ensino médio, e a complexidade dos textos, bem como a extensão dos mesmos para as quintas séries.[...] O rendimento na disciplina de Filosofia está bastante baixo. Uma das professoras de Filosofia disse que há pouco tempo para aplicação do conteúdo e muita falta no período noturno, em razão de que muitos alunos vêm direto do trabalho.[...] Anotei uma dificuldade da Professora de Física para passar à PCOP responsável. Ela não está compreendendo alguns resultados propostos pelo caderno em algumas atividades. Avisei-a que iria encaminhar essas dúvidas e que entraria em contato.

04 de Setembro de 2009 –PCOPs de Ciências e Física

...A professora de Ciências relatou-me que não realiza muitas propostas de experimentação por falta de material e de laboratório. Já outra professora, das 5ª.séries, relatou que está utilizando o material fornecido pela SEE em suas aulas e, no momento, desenvolve as atividades do Caderno do aluno do 2º. Bimestre e pude ver os produtos de uma das atividades sobre a fotossíntese.[...] em Física foi feita a análise somente dos cadernos universitários dos alunos, pois os cadernos do aluno fornecidos pelo Estado não estavam com eles por não ter aula de Física neste dia. A PCOP percebeu que a professora trabalhou Cinemático (movimento uniforme e função horária do movimento), assunto não previsto no currículo do 1º ano do EM. A PCOP solicita que a professora trabalhe os conteúdos sugeridos no caderno do professor para complementar o caderno do aluno, sendo que os conteúdos que devem ser trabalhado devem estar de acordo com o currículo oficial.

06 de Setembro de 2009 – PCOP de Língua Portuguesa

... Após o café conversei com o grupo de professores presentes, reforçando o foco da leitura e da escrita no currículo oficial, em todas as disciplinas. Os professores ficaram bastante a vontade, fizeram perguntas sobre

as questões elaboradas, as situações de aprendizagem previstas nos cadernos[...] Muitos professores não são leitores e, por conseguinte, não conseguem estimular os alunos nas atividades de sala de aula, mantendo-os no primeiro nível de leitura, que é o de decodificação.[...] Aproveitando a oportunidade, alguns professores mostraram-me amostras de provas aplicadas em salas. Uma professora usou questões do banco de itens do Saresp, já outro professor apresentou questões que divergem um pouco do que está proposto no currículo oficial. Sugiro que o professor se atente ao fato de que o estudo da literatura deve contemplar os eixos de contextualização previstas nos cadernos, ou seja, anacrônica, diacrônica e interativa.[...] Sugiro a aplicação de proposta de redação, com tema atual e aplicação dos critérios oficiais de correção, por meio do qual seja possível conferir o domínio lingüístico desses alunos. Solicito que uma amostra dessas produções corrigida me seja enviada.[...] Pedi aos coordenadores, cópias das provas elaboradas para submetê-las à apreciação da Oficina Pedagógica. Solicitei aos professores da disciplina “Leitura e Produção” que me enviem um relatório sobre essas aulas, até o dia 22 de Outubro, contendo os seguintes itens: textos trabalhados, atividades desenvolvidas e produções dos alunos com as devidas comandas e intervenções do professor responsável.

11 de Setembro de 2009 – PCOPs de Língua Portuguesa e Matemática

...conversamos com a vice-diretora e, posteriormente com a professora coordenadora e ambas nos informaram que está ocorrendo a falta de três professores de Matemática, que se encontram em licença, sendo que um deles ministra aulas na 3ª série C do Ensino Médio, série que será avaliada pelo SARESP 2009. A equipe gestora está muito preocupada pois está difícil conseguir professores habilitados para lecionar essas aulas e dar continuidade ao currículo. Solicitamos à PC caderno de Matemática de alguns alunos das seguintes séries: 6as. 7as. e 8as. do Ensino Fundamental. Consta no caderno do aluno da 6ª série A, do Professor que se encontra

em licença médica à alguns dias, que ele trabalhou os conteúdos do currículo, mas as atividades apresentadas nos cadernos são somente de cálculos, e-

xercícios mecânicos, sem nenhuma atividade contextualizada. A PC nos informou que o Professor não utilizava o caderno de atividades fornecido pelo Estado pois o mesmo acha as atividades muito difíceis.[...] No caderno do professor de Matemática encontramos oito unidades para serem desenvolvidas no Bimestre. Algumas das unidades não trazem situações de aprendizagem cabendo ao professor selecionar em livros didáticos algumas atividades contextualizadas referentes ao conteúdo, para a complementação do Currículo. [...] Durante a aula de leitura, pelo que presenciamos e pelos cadernos dos alunos que pudemos olhar, a professora em questão está trabalhando equivocadamente com conteúdos de Língua Portuguesa de forma tradicional (cópia de textos conceituais e atividades de conferência na lousa); neste dia o tema era continuidade da reforma ortográfica. O caderno dos alunos traz uma série de atividades semelhantes e nenhum registro de atividades de leitura ou produção de texto que tenham sido desenvolvidos ao longo do ano.[...] Voltamos para a sala de coordenação e conversamos sobre esse fato com a professora coordenadora que disse já ter conversado diversas vezes com a referida professora, assim como também já o fez a Diretora, sem que haja uma mudança nessas aulas.[...] Aproveitando a oportunidade da visita a PCOP de Língua Portuguesa foi assistir uma aula de leitura e escrita cuja temática era “notícia de jornal”. Não houve oportunidade de conversar com a professora, por isso, solicita ao coordenador, que oriente-a a conduzir o trabalho em sala de aula, conforme orientação dada: utilização das modalidades organizativas do trabalho pedagógico, fazendo uso das seqüências lógicas.[...] realça, ainda que, segundo a mesma orientação acima citada, os textos trabalhados devem ser literários.[...] solicita que a orientação dada para a organização didática dessa disciplina seja retomada e como sugestão para a professora, deixa registrado as seqüências didáticas postadas no link Hora a Leitura, no portal da CENP, locado no site da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

17 de Setembro de 2009 – PCOPs de História e Língua Inglesa

...Conversamos com a Professora que leciona História e Geografia e a mesma mencionou a dificuldade em responder um item da cruzadinha, questão do caderno do aluno do 3º. Ano de Geografia, que já havia pro-

curado na Internet e não encontrou solução. Orientamos a professora que o gabarito do caderno do aluno encontra-se no site do “São Paulo faz escola” mas a mesma disse-nos que não sabia como encontrar.[...] Conversamos com a Professora de Inglês do 3º C, ela disse que os alunos apresentam-se um tanto desmotivados, pois o grupo de alunos é menos participativo provavelmente porque os cadernos curriculares apresentam textos mais longos e complexos, voltados para o mundo do trabalho, inclusive com a produção do texto do gênero currículo. Ela solicitou à PCOP, auxílio para planejar e buscar estratégias no desenvolvimento desse conteúdo. As turmas do 2º.A e B, 3º A e B estão sem professor de Inglês neste momento e as aulas estão sendo ministradas por professores eventuais com os quais não tivemos contato neste dia.[...] De forma geral, os últimos conteúdos, nos cadernos, se refere ao caderno Volume 2. Um dos causadores deste atraso foi o período de suspensão de aula por causa da gripe suína. Considerando que todos os conteúdos previstos para o ano letivo devem ser contemplados, pedimos aos PCs que orientem os professores em relação à organização da escala de tempo adequada para tratar cada conteúdo que ainda falta ser trabalhado. E que também os professores apropriem-se da Matriz de referência do SARESP e fiquem atentos quanto às habilidades selecionadas na matriz, na perspectiva de ter uma visão de quais competências e habilidades o SARESP espera que os alunos tenham desenvolvido.

25 de Setembro de 2009 – PCOPs de Língua Portuguesa e Matemática

...Não havia, no período da visita, nenhum professor de Língua Portuguesa para conversar, então verifiquei alguns cadernos de alunos e também produções feitas nas aulas de Leitura. Os professores de Língua Portuguesa não concluíram o segundo caderno e, uma série está ainda no início, que, segundo a professora coordenadora, deve-se ao fato de a professora estar em licença e a sala tem sido acompanhada por vários professores eventuais. Por causa disso, é possível inferir, a partir das atividades registradas nos cadernos, que não há uma seqüência muito clara dos conteúdos, podendo-se observar muitas atividades soltas, teoria gramatical ou textual, mas sem a devida articulação, dentro do foco previsto pelo currículo proposto.[...] Foi possí-

vel analisar pastas com produções de alunos da disciplina Leitura e Produção e pelo conteúdo, apenas um professor está trabalhando com textos literários, conforme orientação feita em junho deste ano. Do modo como estão montadas as pastas, tem-se a impressão de que o trabalho está sendo temático e não a partir de um gênero ou autor, do mesmo modo também não está sendo obedecido a orientação do trabalho nas modalidades organizativas, já que não há registro de seqüência didática, projeto ou atividade permanente. Sugiro que o Professor Coordenador retome as orientações sobre essa disciplina de modo a garantir o foco no currículo oficial no Estado de São Paulo.[...] Aproveitando a oportunidade, deixo na escola o portfólio do Apoio Curricular de Língua Portuguesa enviado para a Oficina Pedagógica, junto com a devolutiva analítica da PCOP, que retrata bem a necessidade do investimento da escola na produção escrita, uma vez que, embora haja um roteiro de trabalho prevendo a produção verbal, os registros apresentados, a exemplo de alguns trabalhos apresentados na Leitura e Produção, convergem para a produção de imagem, não contribuindo para o aperfeiçoamento do domínio lingüístico discursivo[...] A PCOP de Matemática analisou os cadernos de alguns alunos da 6ª. e B, 5ª.A e B 7ª.A e 8ª.A, que envolve quatro professores. Os professores estão trabalhando os conteúdos do Currículo do Estado de São Paulo, sendo que alguns estão iniciando o segundo caderno e outros já desenvolveram cerca de 50%. Através das atividades apresentadas nos cadernos, a PCOP percebeu que os professores estão se estendendo muito em alguns conteúdos, com muitas atividades repetitivas.[...] Devido ao período de suspensão de aula, por causa da AH1N1 e à defasagem dos alunos, os conteúdos estão atrasados. Considerando que todos os conteúdos previstos para o ano letivo devem ser contemplados, a PCOP sugere aos professores que façam uma escala de tempo adequada para tratar cada conteúdo que ainda falta ser trabalhado, ficando a critério do professor trabalhar o tema correspondente a cada uma das unidades de cada volume, sendo que alguns temas poderão ser

estendidos para mais de uma semana, enquanto de outra unidade poderá ser tratado de modo simplificado.

30 de Setembro de 2009 – Supervisão e PCOPs de Filosofia/Sociologia, Educação Física, Língua Inglesa e Geografia.

...Uma outra professora de Língua Inglesa que leciona para as 6^{as} e 7^a séries solicitou apoio junto aos cadernos no tocante às atividades interativas, pois a mesma disse que os alunos além de indisciplinados não tem interesse em aprender[...] A PCOP de Geografia conversou com uma professora de Geografia que expôs que a troca constante de professores fez com que houvesse um atraso nas situações de aprendizagem previstas e, tendo em vista a proximidade do Saesp, a mesma está fazendo adequações e adaptações para minimizar e sanar as lacunas deixadas. Como na escola ainda não está disponível o ambiente para pesquisa, ela está fazendo as pesquisas que são solicitadas nos cadernos em sua casa e posteriormente trazendo para os alunos. Também perguntei sobre um material áudio-visual de apoio solicitado no currículo que foi enviado para a escola e a mesma disse desconhecer. [...] Olhei alguns cadernos de aluno e constatei que os conteúdos estão bastante atrasados, chegando a 50% do volume 2, o que pode comprometer o desenvolvimento do previsto para o ano letivo, uma vez que já estamos no final do terceiro bimestre, restando apenas um para contemplar os dois cadernos restantes. [...] Como o professor não havia trabalhado anteriormente de forma sistemática com os cadernos, por estar apenas como eventual, sente-se inseguro diante das situações de aprendizagem e, às vezes, faz adaptações que fogem do foco do currículo proposto para a série. Um exemplo disso são as retomadas de teoria gramatical, desarticulada com o uso lingüístico pela tipologia apresentada para a série. [...] Uma professora de Matemática relatou que para desenvolver o currículo usa o caderno do aluno junto com o livro didático, afirmação comprovada pela observação dos registros nos cadernos dos alunos. Por causa da defasagem já mencionada, as turmas demandam mais tempo que o previsto nas situações de aprendizagem, por terem um ritmo de aprendizagem mais lento. A sugestão feita pela PCOP é que, apesar desses dificultadores elencados é que os professores se apropriem da matriz de

referencia do Saesp, para Matemática, correspondendo aos conteúdos previstos com as habilidades selecionadas, adequando o tempo para trabalhar os

conteúdos que ainda faltam. [...] A PCOP de Educação Física conversou com uma professora de Ed.Física e, também aproveitando a oportunidade, verificou as atividades desenvolvidas nas 7as, 8as, e 1as séries. Percebeu que estão sendo desenvolvidas coerentemente com o previsto no currículo dessa disciplina, apesar das aulas práticas serem bastante prejudicadas, por falta de espaço adequado. Sugeriu, então, que com a impossibilidade de trabalhar algumas atividades práticas, os alunos utilizem a internet, revistas e livros, para ampliar o conhecimento e trabalhar as competências e habilidades através desses recursos, não podendo, entretanto, perder o foco do currículo. [...] Em virtude do Saesp, o PCOP de Filosofia elaborou algumas sugestões de questões que trabalham com as competências e habilidades de interpretação, leitura e escrita. Como os cadernos, em alguns momentos, apresentam atividades muito conceituais, é necessário trabalhar esse tipo de questão. Finalizamos falando da importância do acompanhamento do currículo, tendo em vista os conteúdos, as habilidades e as competências que serão avaliadas no Sa- resp.

Apêndice D: Entrevista Professor 1

Sexo masculino, 48 anos, 23 anos de magistério na rede particular, somente 02 anos na rede estadual, trabalha somente com o Ensino Médio. Tomou conhecimento da atual proposta no início do ano letivo/2008, através do Professor Coordenador. Leu a Proposta e aplica, dentro do possível. Professor de Física

Os professores não aceitam a nova proposta principalmente os professores efetivos. Sou Ocupante de Função Atividade, categoria "L", não aprovado no concurso. Na semana passada, comecei a dar aula de Física e os alunos disseram que o professor anterior mandou jogar os cadernos de atividades no Lixo.

Às vezes eu sinto que deveríamos apresentar as propostas nas séries iniciais, indo gradativamente introduzindo ano a ano. A estratégia é perfeita, mas a clientela ainda não está preparada para esse tipo de ensino. Os alunos das séries iniciais (se os cadernos chegarem nas datas corretas) foram e serão amplamente beneficiados: porém, os das series finais ficaram confusos e perderam na mesma proporção que ganharam os alunos das series iniciais.

O currículo deixa muita responsabilidade na mão do aluno, e jogar a responsabilidade para os alunos não vai dar certo, eles não querem ser responsável.

Eu perguntei para os alunos o objetivo de eles estarem na escola, muitos disseram que se não vierem o conselho tutelar obriga e prendem os seus pais. O interesse social é muito indefinido por parte dos alunos.

Gosto das estratégias apresentadas nos cadernos, mas eles não chegam nas datas certas, ou seja, no início de cada bimestre (ou no final do anterior). Se os cadernos chegassem nas datas corretas talvez não houvesse a opção de não trabalhá-los.

Não concordo totalmente com a Proposta Curricular, alguns conteúdos necessitam ser adaptados, já que são coisas irreais para nossa cultura e cotidiano.

Apêndice E: Entrevista Professor 2

Sexo feminino, 37 anos, 04 de magistério. Disciplina de História. Teve conhecimento da atual proposta no início de 2008, com orientação feita pelo Professor Coordenador. Trabalha com o Ensino Fundamental e com o Ensino Médio. Leu a proposta, tenta aplicar.

A proposta é boa, mas seria impossível trabalhar somente ela. Os alunos ainda estão naquela mente de questionários de respostas prontas, sendo assim, desenvolvo com eles critérios de leituras e opiniões próprias a respeito do assunto a ser tratado, dessa forma estímulo a pensar e refletir. Alguns colegas também trabalham dessa forma e, é claro, adaptando da melhor forma a cada classe, escola e realidade do educando.

Gosto de trabalhar com habilidades e competências e entendo que o processo de aprendizado de um indivíduo não deve apenas estar contemplado em conteúdos, desta forma acredito que o aluno tem sua visão de mundo que deve ser estimulada, para que este se desenvolva como um cidadão pleno.

Gostaria de ressaltar somente que o tempo de horas que eles dizem ser necessário para aplicar as aulas, dependendo da turma, não é suficiente. E em outros casos o número de aulas que temos, exemplo no meu caso que dou aulas de História no 3º ano do Ensino Médio, é realmente impossível aplicar o conteúdo sugerido nas apostilas.

Se trabalhássemos somente com as atividades dos cadernos, não daria certo, muitas vezes não correspondem com a realidade de cada comunidade. Para sanarmos as dificuldades encontradas nas apostilas do caderno do aluno, revemos as situações de aprendizagem trazendo próximo à realidade da sala.

Somente a atual proposta deixará a situação social da mesma forma e quem ganhará serão sempre os políticos que necessitam de pessoas

com menos informações possíveis para que se continue a manipulação já existente sobre todo o território nacional.

A responsabilidade do sucesso e do não sucesso da educação sempre caiu sobre o professor, e essa situação continuará acontecendo, pois a lei implantada é simplesmente uma escrita esquecida em papel.

Apêndice F: Entrevista Professor 3

Sexo feminino, 31 anos, trabalha somente com o Ensino Médio, teve conhecimento da atual proposta somente no momento da implantação, em 2008. Recebeu orientação sobre a nova proposta, no mês de Fevereiro, em orientação técnica efetuada pela Diretoria de Ensino. Leu a proposta curricular e somente aplica os cadernos porque assim foi determinado. Entende que “quase todos” os conteúdos que deve ensinar aos alunos estão contemplados nos cadernos, mas não entende direito o que seria trabalhar com habilidades e competências. Disciplina Filosofia e Sociologia.

É preciso um grande trabalho de base, dando suporte para os professores, antes de trabalhar com habilidades e competências. Os cadernos do Estado mudam de assunto muito rapidamente, não permitindo que o aluno tenha domínio do conteúdo. Logo, o professor precisa fornecer todo o conteúdo antes de abordar cada questão do caderno, o que impossibilita sua conclusão. O caderno do 4º.bimestre, por exemplo, nunca será usado.

Gostaria que houvesse mais tempo para se trabalhar com os cadernos pois eles chegam atrasados e fica muito corrido, principalmente para os professores com poucas aulas semanais.

Acredito que não existe boa aceitação da proposta curricular por parte dos professores, pois muitos que convivo estão totalmente desanimados, pois acham que o Governo não está nem aí para a classe dos professores.

Foi ignorada a opinião dos professores sobre a nova proposta curricular, os professores são os últimos a saber sobre alguma mudança.

O Estado está simplesmente buscando soluções como naquele velho ditado: tapar o sol com a peneira.

O professor fica sendo visto somente como intermediário e facilitador e o conteúdo didático está muito complexo para facilitar o aprendizado do aluno.

Mas não nos resta outra saída. Ou se trabalha esses cadernos para 'prepararmos os alunos', ou nossos alunos não vão bem nas avaliações externas e não somos merecedores do bônus por desempenho.

Apêndice G: Entrevista - Professor 4

Sexo masculino, 37 anos, 12 de magistério, trabalha com o ensino fundamental e ensino médio, com a disciplina Matemática, leu a proposta e aplica. Entende não ter a opção de não trabalhar com os cadernos.

Muitos professores estão tentando implantar a proposta curricular, mas muitos se cansam, pois às vezes, dependendo da unidade escolar, falta material e até espaço físico e algumas vezes até descaso da direção da unidade escolar. Muitos temas da proposta estão um pouco fora da realidade dos educandos, são de difícil abordagem e temos que nos desdobrar para facilitar o ensino daquele tema, pois está fora de nossa realidade também.

Na escola que tenho contato, a maioria das disciplinas não vence os cadernos a cada bimestre, e os professores optam por trabalhar de sua maneira os temas sugeridos nos cadernos, mas o pouco tempo não permite explorá-los melhor. Usar um pouco o livro didático como complemento é o máximo que podemos fazer.

Entendo que seja importante trabalhar com habilidades e competências, mas é preciso também trabalhar com conteúdo, não por ele ser o mais importante do processo, mas por ser exigência do mercado (vestibulares, concursos, etc.).

A intenção do Governo é adequar os nossos alunos para servir os mais ricos e poderosos.

O trabalho dos Diretores e Coordenadores está em evidência e nós professores que trabalhamos na formação do cidadão, deveríamos ser mais valorizados e não sermos tratados com indiferença pelos nossos governantes.

Apêndice H: Entrevista Professor 5

Sexo feminino, 44 anos, 14 de magistério, trabalha com a disciplina Arte, no ensino fundamental. Teve conhecimento da Proposta curricular através de orientação técnica efetuada pela Diretoria de Ensino, em Fevereiro de 2008. Não trabalha com a proposta apesar de a “ordem ser para trabalhar”. Entende que os colegas também não trabalham com a proposta, somente dizem fazê-lo.

Com relação ao fato de termos de trabalhar com habilidades e competências é até interessante. Porém os vestibulares não trabalham com competências e habilidades, mas sim com conteúdos. O ENEM, por exemplo, que foi criado para dar igualdade de condições de acesso às universidades, avaliava as habilidades e competências e, hoje, voltou a ser conteudista. Portanto a desigualdade de condições continuará existindo, ou seja, as classes favorecidas, que estudam em escolas tradicionais e aprendem todos os “conteúdos”, continuarão sendo favorecidas e as classes desfavorecidas, que até se favoreceram por algum tempo com o ENEM, voltaram a continuar sendo desfavorecidas. Ou seja, a educação pública é estrategicamente planejada para não funcionar. Os alunos egressos da escola pública “não devem ter o direito de se transformar e transformar o seu redor, pois, como desfavorecidos que são, deverão continuar analfabetos políticos, propiciando a desigualdade de classes, a má distribuição de renda e, conseqüentemente, a má distribuição de informação”. Informação e conhecimento, dentro do universo capitalista, são uma forma de capital. Se tiver informação e conhecimento, tem-se, de certa forma, poder. Porém o poder “não deve mudar de mãos”.

E aí? O que fazemos? Nos rebelamos em nome da igualdade de oportunidades e condições? Ou simplesmente desistimos, cansados e desmotivados que estamos e desvalorizados que somos?

Quem é o culpado? O professor? O Diretor? O Governo? O Sistema Capitalista?

O que fazer? A resposta está na “boa vontade” daqueles que podem fazer mudar. Porém, eles não querem mudar; “querem mandar”.

O processo de implantação do currículo foi de forma contundente, sem a participação do professor no processo decisório, como vem ocorrendo sempre... Na disciplina de Arte, o nível de vocabulário é extremamente elevado, os alunos não têm o menor embasamento. Além disso, o nível de conhecimento que tais apostilas exigem é utópico na escola pública. O aluno não tem que "aprender / assimilar nada", pois ele será promovido automaticamente, independentemente de seu sucesso ou fracasso enquanto aprendiz.

Então, ele mesmo, caindo neste engodo, simplesmente "detesta" esses "caderninhos" porque, como muitos alunos afirmam, tratam de coisas das quais nunca ouviram falar. E quem é o culpado? O professor é claro! Afinal, o Estado tem que achar um culpado para o fracasso de seu sistema educacional, certo?

E quem é responsabilizado e penalizado por mais um fracasso imposto por esta política neoliberal? O professor.

Eu, de minha parte, enquanto professora, não preciso de "receita, passo a passo" para dar aulas. Primeiro porque não sou imbecil, consigo avaliar um material e aplicá-lo sem necessariamente ter que ler o "caminho das pedras" e segundo, porque o que preciso é de respeito.

Será que talvez fosse interessante nós professores fazermos uma "cartilha" estilo esses cadernos, com todos os passos de como se respeitar um profissional que está desacreditado, desmotivado, desvalorizado, de-sassalariado?

Será que este grupo de teóricos muito bem remunerado para “detonar o professor na mídia” não sabe o que é respeito?

Apêndice I: Entrevista - Professor 6

Sexo feminino, 57 anos, 12 de magistério, trabalha com o ensino médio, com a disciplina Geografia. Tomou conhecimento da proposta no início do ano letivo de 2008.

Recebi orientação do Coordenador da escola mas somente sobre a Proposta Curricular geral, que foi entregue pelo Coordenador, lemos e demos a devolutiva somente sobre a proposta. Relativo aos cadernos do professor e aluno não recebemos orientação. Entendo que até teria possibilidade de não trabalhar com os cadernos, porém o projeto é importante, pois trabalha a atualidade e resgata o passado.

Segundo meu critério de avaliação quanto a Proposta Curricular, penso que veio auxiliar a Educação num momento, em que por falta de normas e diretrizes, o ensino público caminhava sem um ponto objetivo de saída e muito menos de chegada. A Proposta Curricular veio significar um eixo, pelo qual nortearia uma estrutura, que no mínimo iria atender às necessidades básicas as quais o aluno necessita para compor sua história cultural, na passagem pela escola.

Pensando numa ampliação maior, mais definitiva e elucidativa, para o pretendente seguir seus estudos, deve-se ampliar estes currículos, mas tendo como base a proposta geradora, que rompendo com os padrões formais da educação, atendeu as necessidades dos jovens do século XXI.

Em face de tanto descontentamento de professores e alunos na época em que assumi o cargo, que não faz tanto tempo assim, ocorreu-me a idéia de que algo deveria ser feito em função de tanto descaminho. Confesso que como professora e com pouca experiência na ocasião, estava bastante descontente também.

Assim aceitei o Currículo Oficial, como algo a ser experimentado, e confesso, sem imposição, mesmo porque a palavra Proposta me dá abertura para modificações e acréscimos que julgar necessário para atender a tal clientela. Isto é por conta do professor e uma reciclagem também é neces-

sária, para acompanhar um currículo que não é estático. Veja que estou falando por mim.

Muitos professores utilizam a proposta parcialmente por resistência e muitas vezes por desconhecer os conteúdos (situações de aprendizagem) dos cadernos. Falta investimento em formação do currículo.

Gostei realmente dos cadernos do aluno e do professor e utilizei-os (só não consegui utilizá-los totalmente – por falta de tempo – no quarto bimestre, mas aproveitei algumas partes que considere mais importantes). O livro didático é também importante e necessário. Vejo os cadernos dos alunos e do professor como um ensaio de planejamento bimestral. É só estudá-los bem e seguir o que se planejar...

Minha preocupação não é saber se tem intenções políticas, o porquê, ou se financiam a atual Proposta, mas sim aproveitar do momento e dela, ajudar o aluno a ser consciente através do ensino e das questões que envolvem nossa vida enquanto cidadãos; seu caráter ideológico e condutor do seu próprio destino. Isso não significa ignorar, mas não perder mais tempo e sair do comodismo. Não é uma tarefa fácil, requer tempo e trabalho árduo.

Não haverá êxito do aluno, do professor e nem dos gestores se todos não olharem para um mesmo objetivo e contarem com a responsabilidade do Estado e da família. O fracasso ou o sucesso será de todos. A política educacional deverá ser voltada para a formação do indivíduo, que um dia poderá representar um povo livre e soberano.

O processo de aprendizagem de um indivíduo não deve apenas estar contemplado em conteúdos, dessa forma acredito que o aluno tem sua visão de mundo, que deve ser estimulado para que se desenvolva como um cidadão pleno.

Apêndice J: Entrevista - Professor 7

Sexo masculino, 26 anos, formado em Letras a 02 anos, Leciona Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e Médio. Teve conhecimento da atual Proposta Curricular somente na época da implantação, em 2008, através do Professor Coordenador da escola. Declara ter lido a proposta antes de começar aplicar os cadernos e tenta aplicá-la de forma integral.

A Diretora não “obriga” a aplicação, mas “força” bastante. Entendo que o caderno não condiz com o aprendizado dos alunos, pois não respeita o nível de cada classe. Isso dificulta muito as aulas, pois o professor tem que sair do caderno para passar outro conteúdo de pré-requisito para só depois voltar à regularidade do caderno. Fica muito difícil de trabalhar um conteúdo atual se o aluno está com seu aprendizado atrasado.

Os conteúdos são coerentes, mas nem todos os alunos acompanham ao mesmo tempo, necessitando assim da diversidade metodológica e essencialmente estudos extraclasse que a maioria destes não demonstra interesse.

Entendo ser uma boa proposta, mas às vezes parece que quem elaborou está “viajando na maionese”. Diversas vezes os alunos tiram um sarriinho... Professor, nada a ver essa lição aqui... Num vou fazer essa ‘merda’ que tão pedindo aqui não.. Professor, se eu fizer só essa parte aqui “ta certo, né”? Só que eu uso...e quando eles não entendem o porque de determinada lição eu tento explicar e mostrar.

Habilidade e competência são, sem dúvida, boas estratégias e preparam amplamente o aluno, mas nem todos nós, educadores, tivemos formação para atuar dessa maneira em sala de aula e estamos sobrecarregados de trabalho para compor nosso salário estando em mais de uma escola, em séries e cursos diferentes.

Apêndice K: Entrevista Professor 8

Sexo masculino, 40 anos, 13 de magistério, trabalha somente com ensino médio. Teve conhecimento da nova proposta através de orientação técnica oferecida pela Diretoria de Ensino. Leu a proposta e aplica parcialmente, em algumas aulas. Entende que não há a opção legal de não trabalhar com os cadernos. Professor de Química.

Acredito que a sensação é a mesma e coletiva em todas as escolas da SEE, no que tange o novo currículo e sua implementação. Em meu primeiro ano percebi que a aceitação do novo programa pelos professores e até mesmo por mim, foi boa. As complicações começaram a partir do momento em que os bimestres foram chegando com seus cadernos e suas "situações de aprendizagens", novos temas, temas contextualizados, desenvolvimentos de competências e habilidades, proposições didáticas diferenciadas, seqüências didáticas, mudanças nas formas de avaliação, salas de aulas cada vez mais heterogêneas em todos os sentidos e a falta de formação dos professores para trabalharem com as novas abordagens dos cadernos dos alunos, principalmente no ensino médio, onde há a maior ocorrência de reclamações e críticas sobre os conteúdos e abordagens.

A proposta curricular dá bastante abertura para adequação da proposta pedagógica da escola, as duas se completam, os temas e os conteúdos são mais direcionados para a formação do aluno cidadão, e o desenvolvimento da leitura e escrita.

Acredito que a necessidade da unificação de um currículo era o que se esperava por pelo menos quase a maioria dos professores da rede estadual, através de enquetes, pesquisas, depoimentos no fale conosco, etc... Talvez a participação na escolha da confecção e produção de como seria o novo currículo não teve um envolvimento direto.

Apêndice L: Entrevista Professor 9

Sexo masculino, 33 anos, 2 de magistério, trabalha com ensino fundamental e médio. Recebeu, em 2008, os cadernos para serem aplicados, sem que houvesse orientação. Aplica parcialmente nas disciplinas de Língua Português e Língua Inglesa.

Eu aplico, mas tem alguns exercícios que são jogados. Para que efetue a aprendizagem antes, preciso ensinar todos os conceitos para depois utilizar o caderno, caso contrario os alunos não conseguiriam resolver os problemas propostos. Falta muita coisa como gramática e ortografia

A proposta curricular não foi bem aceita pelos professores em função da condição de preparação e formação dos atuais professores na rede em adaptar e criar adaptações que atendam o desenvolvimento por competência e a dificuldade de quebra de paradigma. Acredito que os cadernos são apenas a ponta do iceberg, um apoio, e o professor deve ter o discernimento de complementá-los de forma coerente.

Na verdade, os cadernos nem apresentam conteúdo específico... apesar de assim constar na proposta curricular...ainda acho os cadernos muito vagos.... Refiro-me às disciplinas de Língua Português, Inglês, Artes e Geografia. Educação Física, uma professora da escola que eu trabalho adora! Matemática, falam muito bem também. Os alunos não conseguem se identificar com os cadernos de Língua Portuguesa, isso para todas as séries. Ouço muito: - Aí, professor, esse caderninho é muito chato... As aulas estão tão chatas...Professor, eu odeio esse caderno do Governo. Quinta série ainda dá pra passar.

A proposta foi imposta e na rede não funciona porque tanto o coordenador pedagógico como o diretor não têm autonomia na gestão do professor em sala de aula.

Vejo a educação no Estado como uma educação “fazente” e não pensante. O que posso garantir é que o Estado, de fato, não assume seu papel fornecendo as condições mínimas e básicas necessárias.

Apêndice M: Entrevista Professor 10

Sexo masculino, 47 anos de idade, 20 de magistério, trabalha com ensino fundamental e médio. Teve conhecimento da proposta com orientação dada pelo professor coordenador, no início do ano letivo de 2008. Leu e propôs e aplica, porque entende que não tem outro jeito, que não existe a opção de não aplicar. Acredita que quase todos os colegas aplicam pelo mesmo motivo. Entende que os conteúdos que estão nos cadernos não contemplam a necessidade dos alunos e que trabalhar com habilidades e competências não seja uma boa estratégia. Professor de Ciências e Biologia.

Com relação à nova proposta curricular do Estado o que tenho a dizer é que manda quem pode e obedece quem tem juízo. Não podemos esquecer que existe o bônus... Entendo, no entanto, que como estava não podia continuar, pois cada professor seguia por um lado.

Posso complementar ou diversificar a forma trabalhada, porque muitas vezes a realidade do aluno não permite, no caso de pesquisas em sites, onde trabalho não tem sala de informática e tem vários alunos carentes.

Os conteúdos são abordados, porém superficialmente. É necessária a complementação através de um livro didático. Às vezes é necessário que o aluno tenha um conhecimento pré-adquirido para resolver os exercícios propostos na apostila e isso nem sempre condiz com a realidade que vive.

Alunos da rede pública de ensino saem com defasagem de conteúdo. O SARESP foi conteudista, a prova da UNESP e UNICAMP foi puro conteúdo. Não podemos achar que o aluno do estado não tem direito de fazer um bom vestibular.

O caderno de Biologia do EM, em Botânica, começa com a seguinte frase: “- Mamãe... se a galinha come milho, a planta come terra?” Isso é uma afronta a inteligência humana! Um absurdo! Pois botânica cai nos melhores vestibulares e nossos alunos não estarão preparados, nunca, para fazer uma universidade pública.

Anexo A**FICHA 6: AVALIAÇÃO DO PROFESSOR SOBRE A APLICAÇÃO DOS CADERNOS DO PROFESSOR DO 1º e 2º BIMESTRES**

(contido no caderno do Gestor vol1. – 2008)

Disciplina: _____

1. Nestes bimestres, você utilizou o Caderno do Professor em suas aulas?

sim.

não. Por

quê?

2. Os conteúdos previstos no Caderno do Professor de disciplina/ciclo bimestre foram contemplados?

sim, totalmente.

sim, parcialmente.

não. Por

quê?

3. As Situações de Aprendizagem apresentadas no Caderno do Professor foram interessantes, conseguindo despertar o interesse dos alunos?

sim, totalmente.

sim, em parte.

não foram interessantes.

4. As Situações de Aprendizagem propostas no Caderno do Professor foram adequadas para que os alunos pudessem desenvolver as habilidades e competências previstas para a série, bimestre e disciplina?

sim, totalmente.

sim, parcialmente.

não foram adequadas.

5. Os instrumentos de avaliação propostos no Caderno do Professor foram:

- totalmente aplicados.
 foram parcialmente aplicados.
 não foram aplicados.

6. Se você recorreu aos instrumentos de avaliação propostos no Caderno do Professor de disciplina/série/bimestre, assinale apenas a maior vantagem desta utilização:

- Professor não apliquei os instrumentos de avaliação propostos no Caderno do
 pude diversificar as minhas estratégias de avaliação.
 aprendi um pouco mais sobre como elaborar instrumentos de avaliação.
 pude usar os resultados da avaliação como diagnóstico para a recuperação
 continua.
 apliquei os instrumentos, mas não identifico nenhuma vantagem por tê-los
 utilizado.

7. As propostas de recuperação contínua propostas no Caderno do Professor de disciplina:

- foram aplicadas e adequadas, porque os alunos conseguiram superar os
 problemas de aprendizagem.
 foram aplicadas, mas não ajudaram os alunos a superar os problemas de
 aprendizagem
 não foram aplicadas.

8. Se você utilizou o Caderno de Professor para ministrar as aulas previstas na disciplina/série, assinale o seu nível de satisfação em relação aos seguintes aspectos:

- Nível 0 - Insatisfação
 Nível 3 - Média satisfação
 Nível 5 - Alta satisfação
 Outros níveis - Valores intermediários

- a) clareza do texto e das informações. ()
 b) nível de dificuldade das Situações de Aprendizagem propostas em relação à
 série. ()
 c) qualidade das ilustrações. ()
 d) conteúdos propostos face ao número disponível de aulas. ()
 e) diversidade de estratégias propostas. ()
 f) indicação de materiais complementares para consulta do professor. ()

9. Atribua uma pontuação de 1 a 5 aos fatores que interferiram no trabalho com os Cadernos do Professor: 1 significa "difícultou muito", 3 significa que nem dificultou nem contribuiu e 5 significa "contribuiu muito". As outras notas correspondem a níveis intermediários de avaliação.

- O número de alunos em sala de aula.

- () O interesse dos alunos.
- () A disciplina na sala de aula.
- () O material de apoio.
- () O tempo para preparar as aulas.
- () O apoio dos gestores da escola
- () A coerência em relação à Proposta Curricular.
- () O domínio da maioria dos alunos em relação aos conteúdos das séries anteriores.
- () As Situações de Aprendizagem propostas.

Escolha até 4 Cadernos do Professor para sua avaliação considerando os indicadores abaixo.

10. Aponte os principais erros ou imprecisões nas orientações e conteúdos do Caderno do Professor.

11. Em sua opinião, quais as vantagens que o uso sistemático do Caderno do Professor pode representar para:

a) a sua formação:

b) a sua atuação docente:

c) a aprendizagem dos alunos:

12. Em sua opinião, quais as críticas e obstáculos ao uso sistemático do Caderno do Professor no contexto da implementação da Proposta Curricular?
